



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - GRUPOS DE EXTERMÍNIO NO NORDESTE		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 2101/03	DATA: 26/11/03
INÍCIO: 14h43min	TÉRMINO: 17h49min	DURAÇÃO: 03h06min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h06min	PÁGINAS: 63	QUARTOS: 38

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - Juíza de Direito da Vara Criminal de Cruz das Almas.
PAULO DUARTE - Deputado Estadual pelo Ceará.
RICARDO HENRIQUE AMORIM DE PAULA - Professor e pesquisador da Universidade Federal do Ceará.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Há intervenção inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Alberto) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 15ª reunião desta Comissão. Leitura da ata.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Alberto) - Pois não.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Alberto) - Aceita a dispensa da leitura da ata, a pedido do Deputado Geraldo Thadeu. Em votação. Não havendo quem queira discuti-la, os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada a ata. Expediente. Fiz distribuir cópias da síntese das correspondências recebidas pela CPI, as quais encontram-se à disposição dos senhores membros, para análise, na Secretaria da Comissão. Quero informar que recebi o Ofício nº 776, do Sr. Luiz Mendonça, Secretário de Segurança Pública do Estado de Sergipe, que informa da impossibilidade de seu comparecimento à presente reunião e solicita seja marcada outra data. Atendendo à solicitação, esta Presidência marcou para a próxima quarta-feira, às 14 horas, o depoimento do Sr. Luiz Mendonça, Secretário de Segurança Pública do Estado de Sergipe. Quero informar também que o Delegado de Polícia Civil Sr. João Eudes Félix, do Município de Jaguaribe, Estado do Ceará, que estava convidado a comparecer à reunião de ontem, informou que não poderia comparecer, e esta Presidência vai agendar nova data para o seu depoimento. Entrando na ordem do dia...

O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Alberto) - Deputado João Alfredo.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO - Sr. Presidente, Sr. Relator, demais membros desta CPI, nós estivemos, eu, o Deputado Luiz Couto e o Deputado José Pimentel, acompanhando uma comitiva do Centro de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, ligado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, ao Estado do Ceará, em especial à Cidade de Limoeiro do Norte. Limoeiro do Norte, muito rapidamente, foi abalada neste ano pela execução de um radialista muito popular naquela região, chamado Nicanor Linhares, um crime que se reveste de todas as características de um crime político e de pistolagem, crime de aluguel. Depois, no curso das investigações, a Polícia, acompanhada pelo Ministério



Público, concluiu pela participação, como mandantes, da Prefeita, Arivan Lucena, e do seu marido, o Desembargador Federal José Maria Lucena, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com sede em Recife, Pernambuco. Logo após esse fato, nós tivemos a chamada Chacina de Limoeiro, onde 7 pessoas foram assassinadas barbaramente, numa mesma noite, causando um clima de comoção muito grande na cidade. A Comissão percebeu isso na audiência pública ali realizada. Nós fizemos uma visita. Por coincidência, no mesmo dia em que a Comissão visitava Limoeiro do Norte, realizava-se a oitiva de testemunhas e acusados no fórum daquela comarca. A Comissão fez questão de levar a sua solidariedade à Dra. Maria Valdenisa de Sousa Bernardo, Juíza da 1ª Vara de Limoeiro do Norte, e aos Drs. Guilherme Soares de Lima, José Aurélio da Silva e Manoel Epaminondas Vasconcelos, todos promotores naquela comarca. Nós tivemos notícia agora... Está inclusive entre nós o Secretário Adjunto de Direitos Humanos Dr. Mário Mamede, acompanhado do Deputado Estadual Paulo Duarte. Recebemos das mãos dele a representação feita pela juíza com relação às ameaças de morte que ela já passou a sofrer após a visita da comitiva, integrando membros desta Comissão e do Centro de Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Eu entendo, Sr. Presidente, Sr. Relator, que nós não podemos ficar omissos diante desse fato, e creio que a proposta que tinha sido apresentada na audiência — reiterada na reunião do CDPDH à qual nós comparecemos, o Deputado Luiz Couto e eu —, da designação de uma força-tarefa do Governo Federal para Limoeiro agora se faz urgente e necessária, absolutamente inadiável. E aqui não se trata, volto a dizer, de nenhuma desconfiança com relação à atuação do Governo do Estado. Não se trata disso. Aliás, o Governador Lúcio Alcântara teve toda a boa vontade de receber a comitiva e tudo o mais. Trata-se da própria dificuldade, da própria, vamos dizer, situação em que se encontram até delegados de Polícia do próprio Estado, ameaçados também de morte. Então não seria uma intervenção federal para afastar a Polícia das investigações — longe de mim qualquer proposta dessa —, seria, na verdade, o auxílio importante que se faz neste momento do Governo Federal, através da Secretaria de Direitos Humanos, da Secretaria de Segurança Pública, do Ministério Público Federal — que, através do Dr. Cláudio Fonteles, colocou-se completamente à nossa disposição — e da própria Polícia



Federal. Então, eu sei que nós temos uma reunião de audiência pública hoje — nossos convidados já estão ali —, mas nós estamos diante de um fato concreto gravíssimo, que é a ameaça de morte. Vou até passar a V.Exas. o relato da juíza. Eu queria, extrapauta, vamos dizer extraprotocolo da Comissão, que nós pudéssemos aprovar este requerimento — já vejo o Sr. Presidente chegando —, no sentido de provocar o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o Secretário Especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda. Eu acho que a situação é urgente. O fax, infelizmente, não está bom de ler, mas estão muito claros aqui os fatos. Aliás, a juíza se dirige ao Delegado de Polícia Regional de Russas e ao próprio Governador do Estado. Ao próprio Governador do Estado eles vêm solicitar, vamos dizer, o apoio na apuração desses últimos fatos. Já não se trata nem mais do fato ou dos fatos que motivaram a investigação — a morte do radialista e a chacina ali ocorrida —, mas de um outro fato, que é a ameaça de morte que se dirigiu contra a Dra. Maria Valdenisa de Sousa Bernardes e os promotores de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Alberto) - Deputado João Alfredo, a Mesa vai encaminhar as preocupações de V.Exa. Nada impede, acredito eu, que tanto o Presidente da Comissão quanto o Relator possam, de ofício, encaminhar essas preocupações ao Ministério da Justiça, ao Secretário Especial de Direitos Humanos, para que tome providências não só para o caso relatado por V.Exa. Após isso, o nosso Relator e eu poderemos relatar a visita que nós fizemos à Bahia, um caso muito semelhante, gravíssimo. Nós precisamos realmente conversar com o Governo Federal, no sentido de viabilizar uma força-tarefa em alguns pontos de grande gravidade, para encaminhar as investigações desta CPI. Portanto as preocupações de V.Exa. serão acolhidas pela Mesa e encaminhadas. Passo então a Presidência ao Presidente de direito e fato.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Pela ordem tem a palavra V.Exa., Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Como nós não tivemos uma convocação para votação de requerimentos e a questão é urgente, devemos provocar o Ministério da Justiça e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, para que providencias sejam tomada no sentido de que se estabeleça no Ceará, a partir desta



representação aqui e também dos depoimentos, para que a Polícia Federal possa ter uma atuação com um grupo de elite. Acho que fazer uma força-tarefa lá vai demorar muito. Um grupo de elite da Polícia Federal pode fazer todo o trabalho de inteligência, de investigação, no sentido de desbaratar a ação de grupo de extermínio na região principalmente de Limoneiro. Então eu acho que, depois de ouvir o Deputado Paulo Duarte e terem acesso, o Presidente e o Relator poderiam encaminhar essa solicitação ao Ministro da Justiça e ao Nilmário Miranda, no sentido de que algumas providências pudessem ser tomadas, e que depois poderiam ser referendadas, *ad referendum* da decisão da Comissão .

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Eu gostaria, Deputado João Alfredo — cheguei justamente agora, e peço até desculpa aos membros — de agradecer ao Deputado Luiz Alberto, da Bahia, por ter iniciado a sessão. V.Exa. estava justamente conosco na reunião da CCJ que terminou agora. Eu cheguei e já estava a discussão de V.Exa. Entendo que não há necessidade de requerimento. De comum acordo com o Relator, o nobre Deputado Luiz Couto, iremos encaminhar o expediente ao Ministro da Justiça, para as providências necessárias, e também ao Secretário de Direitos Humanos. Tenha certeza V.Exa. que a Mesa, a Presidência desta Comissão, tomará todas as medidas necessárias para que a Comissão trabalhe em harmonia, mas mantendo a ordem que é necessária a esta Comissão. Dando continuidade à Ordem do Dia, audiência pública com os convidados Paulo Duarte, Deputado Estadual do Ceará; Ricardo Henrique Arruda de Paula, professor e pesquisador da Universidade Federal do Estado do Ceará, e Dra. Olga Regina de Souza Santiago, Juíza de Direito da Vara Criminal de Cruz das Almas, no Estado da Bahia. Convido para compor a Mesa os 3 convidados. Esta audiência pública decorre de aprovação dos Requerimentos de nºs 11 e 36, do Deputado Luiz Couto. Os nobres Deputados que quiserem fazer uso da palavra devem se inscrever junto à Secretaria da Comissão. Vamos ouvir primeiramente a MMA. Juíza do Estado da Bahia, por até 20 minutos. Tem a palavra V.Exa.

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - Eu quero aqui dar boa tarde a todos os presentes, cumprimentar a Mesa, na pessoa do Deputado Bosco Costa, e dizer que recebi o convite para comparecer a esta audiência pública um tanto quanto temerosa, porque já participei de uma outra Comissão, e após prestar



depoimento minha vida virou um inferno. Sofri atentados e perseguições. No Estado da Bahia, há uma falência muito grande das instituições. Então eu trouxe estes documentos para fazer entrega à Mesa, na pessoa do Presidente. Em junho de 2001, saiu uma reportagem da revista *IstoÉ*, quando o Judiciário da Bahia entrou em greve e eu resolvi fazer uma pesquisa junto ao Cartório do Registro Civil, porque estava recebendo diversas queixas de mães que tinham perdido os seus filhos numa faixa etária de 14 a 19 anos. Quando fui fazer essa pesquisa — tive oportunidade porque o Judiciário estava em greve —, constatei em 181 óbitos mortes violentas. Nessa pesquisa, requisitei da Polícia Militar a ocorrência, e nessa ocorrência a história era a mesma: um grupo de motoqueiros dirigindo motos de marca Titã preta ou vermelha, sempre acompanhado de um carona e nos finais de semana, matava os jovens. Uma das coisas que me criou perplexidade foi que um policial militar tinha sido assassinado, e, na semana em que esse policial foi assassinado, 5 pessoas jovens, rapazes jovens, porque se chamavam Daniel ou tinham um parente chamado Daniel, foram executados. Porque um Daniel tinha matado um policial, então 5 Daniéis naquele final de semana morreram. Eu estou aqui com a relação, os dados da Polícia Civil e da Polícia Militar e as certidões de óbito desses 181 casos no ano de 2001, pior do que uma guerra. A *IstoÉ*, quando tomou conhecimento, a revista, publicou uma matéria, em 4 de junho, e a reportagem, Cangaço Chapa Branca, citando os fatos, foi até a casa dos familiares das vítimas, das mães dos Daniéis, e publicou uma matéria de 5 folhas. Após essa matéria, a perseguição foi muito grande. A ira da Polícia Civil e, o que é pior, do Ministério Público do Estado da Bahia, foi muito grande com relação à minha pessoa, e, por eu ter dado a matéria, o Ministério Público do Estado da Bahia ofereceu uma ação penal contra a magistrada, por ter fornecido esse material para a revista *IstoÉ*. Respondi a essa ação penal. Por sorte, o atual Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia tem uma postura diferente, embora ainda exista um ranço muito grande dos que lá participam, e a denúncia não foi aceita. Eu tive 14 votos a meu favor e 13 contra. A denúncia não foi recebida. Depois dessa relação, inclusive o próprio delegado de Polícia, um delegado de Polícia, dizia que existia um grupo de extermínio composto por policiais militares. Isso foi no dia 4 de junho. Com 1 mês, no dia 10 de julho, eu passei a receber cartas anônimas, e uma carta, por sorte ou até milagre, essa carta de um



policial para outro policial, caiu em uma caixa postal errada e chegou às minhas mãos. Eu, ingenuamente, pensei que pudesse também acreditar na Polícia Federal e fui à delegacia de Polícia Federal prestar um depoimento, entregar a carta. Inclusive um coronel reformado do Município vizinho foi também com uma outra carta, e nessa carta o policial dizia até o valor, que já tinham pago 5 mil reais para me executarem e que o serviço ainda não tinha sido realizado. Eu fui e entreguei essa carta à Polícia Federal. Prestei o depoimento. Quando acabei de prestar o depoimento, o próprio delegado de Polícia Federal entregou a cópia do meu depoimento aos policiais que estavam dispostos a me matar. Isso no dia 10 de julho. O Ministério Público da Bahia, quando soube do meu depoimento e dessas cartas, foi à televisão, às rádios e disse que era fantasia. Por que essa violência tão grande? Porque eu tinha prestado um depoimento na CPI do Narcotráfico, onde o Líder do Governo, o Deputado Estadual Líder do Governo, estava envolvido com o narcotráfico na Bahia e pediu para que eu soltasse traficantes, pediu a um desembargador, e, como eu não atendi e ainda denunciei à CPI do Narcotráfico, então a coisa ainda foi mais grave. Eu fui uma das pessoas, a única juíza na Bahia que tive também meu telefone grampeado, como se eu tivesse sendo uma seqüestradora e precisasse dos grampos nos meus números telefônicos. Aqui tem o depoimento da Polícia Federal, que foi passado para policiais. Aqui tem o envelope da carta, onde neste envelope original poderiam fazer uma perícia. Existe o nome do policial inclusive. E a Polícia Federal me mandou um ofício, depois do meu depoimento, dizendo que isso não competia à Polícia Federal, que competia à Polícia Civil e ao Ministério Público, quando a própria Polícia Civil e o Ministério Público estavam também envolvidos, querendo atender a interesses do chefe da Bahia. E daí no dia 10 de julho aconteceu isso. No dia 19 de agosto, um mês depois das cartas e do meu depoimento, um dia de sábado, começou uma guerra através dos jornais da cidade, da televisão, da *TV Bahia*, dizendo que essas cartas eram fantasias, que não existia nenhum atentado contra a minha pessoa. Chegou ao conhecimento de meus familiares. Um mês depois desse depoimento, um dia de sábado, à tarde, um soldado da Polícia Militar foi até a minha residência avisar que tinha vindo uma ordem da Capital de que iriam me matar e que eu deveria sair da cidade. Eu não acreditei, achei que era terrorismo e permaneci na cidade. O



Procurador do Município, também preocupado, disse que tinha estado com pessoas que participaram dessa reunião e que nessa reunião o acerto era que tinham que levar meu corpo para Salvador. Eu ainda relutei, não quis sair de casa. Isso num sábado. Coloquei duas máquinas fotográficas no quarto onde eu estava dormindo com meu filho menor — estava eu e 2 filhos menores. O Prefeito da cidade, Joseph Bandeira, preocupado porque também tinha tido a notícia, mandou um secretário, um segurança da Guarda Municipal, para fazer segurança na minha casa. E assim mesmo, no sábado, ainda insistiam para que eu não ficasse em casa. E eu disse que não, que era impossível, que eu não ia sair de casa. Inclusive a minha casa é a casa do Poder Judiciário. Tinha uma placa bem grande, era a Casa do IPRAJ. Às 5 e meia da manhã de domingo, dia 19 de agosto, eu fui acordada com inúmeros tiros. A casa foi invadida, foi arrombada. Cortaram luz, cortaram telefone — só que eu dormia com 2 celulares. Eu ainda pude fotografar os policiais, civis e militares, encapuzados, com a farda da Polícia. E aqui está. Eu trouxe esta pasta aqui com todas essas fotografias. Trouxe para vocês verem. Isso aqui são as fotos de uma máquina — foram 2 máquinas —, porque a outra máquina ficou com o Ministério Público, com as negativas. Isso tem 2 anos, e até hoje nenhum policial foi denunciado. Eu pude identificar porque eu estava com um rádio, que um soldado deixou em minhas mãos, na frequência da Polícia. Sei todos os autores, que foi o tiro do portão de entrada, de escopeta, da casa. Eu consegui ligar para os vizinhos. Os vizinhos foram para a porta da casa, da rua, e eles saíam como se nada tivesse acontecido, depois de terem baleado os cães, matado uma cachorra, todos encapuzados, com luvas. Deflagraram diversos tiros na casa. Foi um bando de 50 policiais. Aqui, a mesa onde um guarda municipal estava sentado, que eles furaram de bala. Aqui, as cápsulas que foram encontradas no meu quarto. O quadro, a placa do Poder Judiciário. Aqui, a porta, a fechadura da porta do meu quarto. Eles arrobaram com diversos tiros o fundo da casa também. Foram inúmeros tiros. Levantaram a empregada doméstica pelos cabelos. Quebraram a costela da empregada. Eu fiquei numa situação que ninguém mais quis trabalhar para mim, nem empregada doméstica nem motorista. E passei ainda 1 ano nessa cidade. Isso em agosto. Encaminhei toda essa documentação. O Ministério Público até hoje não ofereceu denúncia. O Tribunal de Justiça encaminhou juízes corregedores para



tomar os depoimentos. Tomou o depoimento e, o que é grave, os próprios policiais dizem que deflagraram tiros de arma de grosso calibre, mas que não vão dizer, não vão declinar o nome de quem mandou; que houve uma reunião, mas que eles não vão dizer onde foi nem quem mandou. E o Tribunal de Justiça fez este jornal em minha defesa, apenas este jornal. Eu passei 1 ano. Vim a Brasília. Conversei com o Ministro do Supremo Tribunal Federal. O Ministro do Supremo mandou um ofício para todas as autoridades, Governador, Presidente do Tribunal, Ministério Público, Procurador, e os policiais que atiraram na minha casa foram premiados. No mês seguinte após o Governador César Borges, hoje Senador, receber o ofício, premiou o delegado que arrombou a minha casa, promoveu a coordenador, e manteve na mesma cidade onde eu estava. Dois meses depois... Porque eu vinha lutando contra o grupo de extermínio, contra a tortura, já tinha fechado uma sala de delegacia em que tinha uma máquina de dar choques, presos morrendo na cela — eu tenho toda essa documentação. Uma menor de 17 anos foi visitar o companheiro na cadeia, e a Polícia matou essa menor. Até hoje não houve denúncia. Um mês depois, armaram um motim, uma rebelião na casa de detenção. Como eu era a única juíza da Vara Crime, numa cidade de 200 mil habitantes, eu fui visitar a cadeia. O que fez a Polícia Militar? No momento em que eu entrei para fazer a chamada dos presos, porque 1 tinha desaparecido, o policial militar me trancou no pátio com 130 presos que eu tinha condenado. Daí eu tomei um choque muito grande. Achei que ali era um fato pior do que o de minha casa. Os presos fizeram um cordão de isolamento e disseram que não iam me tocar e que eles iriam me proteger. A televisão da Bahia e de Pernambuco filmou todo o evento. A da Bahia se negou a dar a fita. A de Pernambuco deu a fita. Eu mandei para o Ministério Público e para o Ministro do Supremo Tribunal Federal. Eu presa com os presos na cadeia e o cadeado batido. Eu fiquei meia hora esperando que conseguissem abrir o cadeado. E dei uma declaração no momento em que batiam o cadeado e a Polícia saía do complexo, do presídio. Então eu disse: eu não temo vocês, eu temo a Polícia bandida que saiu daqui. E aí, porque passou essa fita na televisão, ao invés de os policiais responderem a um processo, eu respondi a uma ação penal porque disse que temia a Polícia e não temia os bandidos. E essa ação foi julgada. Não foi recebida a denúncia, mas uma ação penal. E, o que mais grave, eu encaminho ofícios — está



aqui, eu trouxe até o original, para vocês acreditarem — ao Ministério Público, e existe uma ordem na Procuradoria-Geral de Justiça para não receber minhas correspondências. Vai o sedex, volta sem abrir, recusado. Não recebem a correspondência. Isso foi recente, foi agora deste mês. Então há um problema institucional, há uma falência do Estado, até que Ministro do Supremo mandou um ofício para o Tribunal de Justiça dizendo que o Tribunal seria responsável pelo que me ocorresse. Então, a medida, a maneira encontrada foi que eu saísse da Comarca de Juazeiro, fosse para uma comarca mais próxima, com menos habitantes e com uma criminalidade menor. Então, depois de um ano desses fatos, eu fui para Cruz das Almas, hoje sou Juíza da Vara Crime de Cruz das Almas, com apenas 50 mil habitantes, só 5 presos. Não tenho nenhum processo concluso, todos despachados, e existem na mão da promotora de Justiça 200 processos desde junho, guardados no gabinete, sem devolver ao cartório. E o que me causou também outra surpresa foi que, quando eu fui para Cruz das Almas, existia uma delegada que fazia um trabalho normal, correto, essa delegada pediu exoneração e mandaram para Cruz das Almas o delegado de Santo Antônio de Jesus, da comarca que estão apurando o grupo de extermínio, e que esse delegado estava envolvido em Santo Antônio de Jesus, é uma pessoa que tem problemas seriíssimos, tortura, e aí mandaram ser delegado agora de Cruz das Almas para ver se cria algum conflito, algum problema comigo. Quero aqui registrar também que fui grampeada, tenho aqui a documentação, inclusive a certidão do Tribunal de Justiça de que eu fui vítima do grampo na Bahia e que a Secretaria de Segurança Pública quem grampeou a maioria dos envolvidos, das vítimas, tinha uma antipatia muito grande a minha pessoa, porque o irmão da Secretária de Segurança Pública é traficante na Bahia, e eu tinha feito um ofício solicitando os antecedentes criminais do Sr. Otaviano Alves Neto. A delegacia se recusou a me dar esse documento. O que aconteceu? Além de não me darem o documento, ainda entraram com um pedido de *habeas corpus* preventivo no Tribunal, dizendo que eu poderia prender porque estavam negando a dar uma documentação, e a Polícia Federal me encaminhou esse documento, me encaminhou a certidão, onde o irmão da Secretária de Segurança Pública da época, Sra. Cátia Alves, é traficante de drogas e de cocaína. Então, eu trouxe aqui os 181 casos, tem 10 casos gravíssimos e que eu queria até pedir à Mesa uma sugestão de



requisitar do Juiz da Comarca de Juazeiro, porque eu deixei esses processos em andamento, já tem um ano que saí de Juazeiro e sei que não houve denúncia nem houve sentença. Então, tem o nome das vítimas para que o Juiz informe a situação processual. Então, foram casos absurdos. Assisti a um jovem de 19 anos ser assassinado pela Polícia, a Polícia invadiu a casa do jovem, dormindo, a empregada doméstica conseguiu se esconder embaixo da cama e depois relatou toda a situação. E simples inquéritos eram “autor ignorado”. Delegados de polícias que respondem a inúmeros processos. Tem um Delegado de Polícia, o Adam, Adailton Adam, conhecido por “Rambo”, que já cometeu inúmeros crimes e sempre apresenta atestado médico para não ir para audiência, mudam ele de cidade para carta precatória não ter um andamento regular. Então, eu tenho aqui... Esse Delegado responde a mais de 30 processos criminais: tortura, homicídio. E ainda continua como delegado de Polícia. Então, eu estou aqui com essa documentação. Isso aqui são cópias de denúncias dos delegados respondendo a processos. Tenho aqui também um depoimento, eu já como Juíza de Cruz das Almas, depoimento de uma testemunha que hoje está no Provita, uma Patrícia, em que ela relata os inúmeros crimes, porque ela trabalhava numa delegacia, praticados pelos delegados, a quantidade de homicídios em que saiu até o autor, o mandante é o Aurelino Boca Rica, que saiu até na televisão, naquele programa *Linha Direta*. Então, quando tomei o depoimento dessa jovem, ela bastante atemorizada, ela morava em Cruz das Almas, e ela relata aqui a convivência de juízes e delegados que recebiam propina para não manterem os bandidos presos. Cheguei a denunciar 2 juízes por corrupção, entrei com representações no Tribunal de Justiça, esses foram afastados da magistratura e hoje já não são mais juízes. Mas, o preço por a gente querer a coisa a certa, por trabalhar certo e por combater o extermínio, a tortura, a violência, o bem maior, que é a vida e que ninguém tem o direito de tirar, foi um preço muito alto. Hoje eu estou numa cidade, respondi a inúmeros processos, processos administrativos, cartas anônimas que mandavam para o tribunal e ações penais nesse sentido de que... porque eu disse que temia a Polícia, porque fui defender um menor, que a Polícia atirou no menor, a família do menor foi para incendiar a delegacia e o fórum, o delegado não quis lavrar o flagrante e eu determinei a prisão dos policiais. Em vez dos policiais responderem por ter tentado



matar um menor, quem respondeu a ação penal fui eu, por abuso de autoridade porque mandei prender os policiais. Então, a inversão de valores é muito grande, eu deixo aqui todo esse relatório, toda a documentação, a situação de Juazeiro e da Bahia de um modo geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o nobre Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, em homenagem aos Deputados da Bahia, como eles conhecem melhor a realidade da Bahia, eu, mesmo tendo a prerrogativa de fazer as questões, eu passo a palavra para algum Deputado da Bahia, que esteja já inscrito depois de mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Guilherme Menezes.

O SR. DEPUTADO GUILHERME MENEZES - Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar as Sras. e Srs. Parlamentares, a Dra. Olga e dizer que todos que conhecem a Dra. Olga e sua história, para todas essas pessoas, ela é uma referência de compromisso, de compromisso sobretudo com a Justiça. A senhora que esteve envolvida nesse chamado cangaço de fardas ou cangaço chapa-branca e que pelo seu relato dá para se ter uma dimensão do que a senhora pessoalmente passou com toda a sua família. Nós sabemos — e eu que sou da Bahia — o quanto nós sofremos por ver aquele Estado sendo vítima desse tipo de barbaridade, dessa concentração de poder. Não se pode esquecer que, desses retratos de concentração de poder, é que a própria Secretaria de Segurança do Estado — isso o Brasil todo tomou conhecimento — foi transformada numa organização criminosa, naquele caso dos grampos. Ficou a serviço de uma vontade privada, grampeava telefones de desafetos, questões envolvendo essa dimensão efetiva, e que ficou conhecido como os casos dos grampos da Bahia. Toda uma secretaria de segurança a serviço do crime, agentes públicos, equipamentos, e envolvendo muito recurso, muito dinheiro, constringendo pessoas, intimidando outras pessoas, expondo famílias. Inclusive tem o caso de um Deputado que até o telefone da própria filha dele foi grampeado. Esse simples fato já atesta como as coisas andam no nosso querido Estado da Bahia, por essa concentração de poder, essa forma de reprodução de poder. Recentemente eu estive em uma cidade da Bahia, Paratinga,



com o Deputado Luiz Couto, com o Deputado Geraldo Thadeu e com integrantes também da Polícia Federal, num caso de morte dentro da cadeia pública, tortura seguida de morte envolvendo policiais, envolvendo o próprio delegado. Trouxemos a testemunha aqui para Brasília e nós estamos às voltas com as dificuldades de garantir as mínimas condições de segurança para essa testemunha. Eu gostaria que o seu relatório... Seu depoimento é bastante explicativo, mas eu gostaria de saber da senhora, Dra. Olga, sobre a visão que a senhora tem, ou as dificuldades, ou facilidades que tem com o Programa de Proteção a Testemunhas. As necessidades que há para melhorar esse programa, para facilitar, inclusive, na busca de elucidação de tantos crimes no Estado, como a Bahia, se nós quisermos nos ater apenas ao Estado da Bahia. Porque, por essa convivência aqui com os integrantes, principalmente da CPI dos Grupos de Extermínio no Nordeste, nós nos deparamos sempre com essa dificuldade de como proteger essas pessoas que têm a coragem de denunciar, que se dispõem a denunciar crimes que muitas outras pessoas e que o senso comum manda ocultar. Então, eu gostaria de ouvir da senhora sobre esse programa aí, e como é uma pessoa da área da Justiça, portanto, um depoimento qualificado, como a senhora vê para melhorar um programa desse, de incentivar melhor essas pessoas que detêm tantas informações importantes na elucidação de crimes graves como esse que a senhora tem relatado.

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - Olha, eu cheguei a visitar o programa. Fui ao Provita, em Salvador, e cheguei a ter pessoas em que o Ministério Pública indicava para fazer parte do programa. Essa moça que eu citei aqui, a Patrícia, ela relutava de não participar do programa como testemunha, porque, em Juazeiro, por exemplo, eu marcava audiência quando os policiais civis ou militares eram denunciados, e o que acontecia? Na audiência de ouvida de testemunha da acusação, os advogados entregavam um atestado médico. E na segunda audiência... A audiência era remarcada e, na segunda, já não existiam mais as testemunhas. As testemunhas morriam. Aconteceram diversos casos. O escrivão chegava a comentar, o escrivão da vara crime: *"estamos diante de uma alma."* Porque a gente sabia que essas pessoas vieram ali, o acusado, os policiais, entregaram atestado médico e, na próxima audiência, um mês após, já não vinha mais a testemunha de acusação para depor, porque morriam. Eu lembro de um



caso, de um vulgo Charuto, em que, na primeira audiência, ele não foi, a testemunha foi, um mês depois eu marquei a audiência, a testemunha morreu em Salvador, já a 580 quilômetros de Juazeiro. Ele já não estava em Juazeiro, ele mudou de cidade e mesmo assim foi descoberto em Salvador. Buzinaram, ele colocou o rosto na janela, e atiraram. As testemunhas temem, inclusive as famílias das vítimas, dar qualquer depoimento, porque davam um depoimento e diziam: *“Eu sei que estou assinando a sentença de morte.”* Eu tenho casos aí, nesses documentos que eles diziam: *“Eu sei que estou assinando a sentença de morte”*. E, uma semana depois, o corpo aparecia crivado de balas, num matagal. E a coisa chega a um ponto de que essa intimidação, ninguém mais quer ser testemunha. Evitam. E o programa em si... Eu acho que ainda o programa ainda tem muito o que se fazer. As testemunhas reclamam porque perdem totalmente a sua liberdade, têm que mudar de Estado, diz que o valor, é muito pouco o salário que pagam, não sei se um salário mínimo. Então, eles se sentem refém do programa e acham que perdem a liberdade de qualquer sorte, que perdem o direito de vida. Então, evitam este programa. Eu visitei o programa e o que eu entendo é que, se as instituições funcionassem, e funcionassem bem, se o Ministério Público, diante da Constituição de 88, que lhe deu tantos direitos, tantas garantias, os promotores trabalhassem, oferecessem a denúncia no tempo que manda o Código Penal, o Código de Processo Penal, o processo tivesse um rito normal e vissem a coisa acontecer, resolveria. Porque, a gente a depender da situação... E quanto mais grave o crime mais há uma morosidade. Não vamos nem aqui culpar só o Judiciário, porque a Advocacia, a Ordem dos Advogados, deveria fazer um trabalho com referência à ética. O Ministério Público... Hoje os promotores estão todos fazendo curso de espanhol na Capital. Então, trabalham a 500 quilômetros da Capital, fazem curso de espanhol, não trabalham sexta nem segunda. Então, só trabalham terça, quarta e quinta. Se o juiz vai denunciar, fica mal visto e perseguido. Então, como eu tenho aqui a documentação de que eu não tenho um processo concluso. Eu vim para aqui hoje e não tenho um processo para despachar. E o Ministério Público tem 200 processos, que pegou em junho, perdem os prazos processuais. Então, as instituições, a Secretaria de Segurança Pública, o delegado mata, o delegado furta, é denunciado e não é afastado. Eu tenho um caso desse Adailton Adam, que tem mais de 30



processos: de fuga de preso, de morte, de furto, de denúncia caluniosa. E ele permanece nos quadros da Secretaria de Segurança Pública. Já officiei ao novo Secretário, o General, e a Secretaria nem dá resposta ao juiz. Têm 4 meses que eu venho oficiando coisas e que não tenho resposta. Então, há uma falência das instituições. A coisa é muito grave porque o Poder Judiciário fica preso, sem condições. Então, às vezes, dizem: “Ah! Mas dá a sentença.” No meu caso, o que era que faziam? Argüiam minha suspeição, dizendo que eu perseguia a Polícia. Porque, em Juazeiro, a maioria dos crimes eram praticados por policiais. Eu já condenei inúmeros delegados. De condenar uma delegada e ela dar risada e dizer: “*Prescreve. Está no Tribunal e prescreve*”. O Corregedor da Polícia, eu estive, no mês passado, para poder lhe mostrar alguns documentos e ele disse: “*Mas os juízes não sentenciam, os seus colegas não sentenciam*”. Eu tenho um caso de 99, que eu fechei uma delegacia porque os presos foram torturados. Ele enfiou um cano de uma espingarda na vagina de uma mulher grávida. E esse delegado continua delegado. Eu fui na delegacia e pude constatar que existiam fios com pedaços tirados, descascados, para dar choque nos presos. Sacos plásticos, que eles asfixiavam para tomar depois o depoimento. A secretária mandou um delegado especial para apurar. E o corporativismo foi tanto que — a delegacia tinha 20 anos que não passava por uma reforma — o relatório do delegado especial disse que todo aquele material eram restos de construção. Uma delegacia que foi construída e que nunca foi reformada e tinha 20 anos que não era reformada. Eu tenho os retratos dos fios, o material que eu apreendi no local. Lacrei a sala, fechei a sala, mandei chamar a perícia e, mesmo assim, o delegado especial teve a indecência de, no relatório, dizer que eram restos de materiais de construção. Então, a coisa ainda está deixando muito a desejar. O extermínio existe? Existe. São jovens que já tiveram...Vítimas que são pobres, normalmente pretas, pobres, jovens, morrendo. Como eu tenho aqui um relatório de 181 pessoas morreram no ano de 2001, na cidade de Juazeiro. Em 99, esse delegado foi denunciado. Até hoje não foi sentenciado. O Ministério Público já ofereceu alegações. Tem um ano que eu saí da comarca e o juiz não julga. Talvez por medo, porque eu julguei e sofri o que sofri. Quantos colegas meus me parabenizam e, ao mesmo tempo, dizem que não têm essa coragem, e diz que eu estou querendo ser um mártir, e que não adianta, e que



eles não vão fazer porque não querem ter a casa arrombada. Inclusive, para o Judiciário foi péssimo, porque a minha casa foi arrombada, era a casa do Poder Judiciário. Então, foi uma invasão armada à casa do Poder Judiciário. E o político que não quiser o juiz na comarca, e que o juiz contrariar os interesses do político, é muito fácil na Bahia: manda a polícia arrambar, que o juiz aí vai embora da comarca. E esse Provita ainda precisa, sim, de muito, porque as testemunhas não aceitam entrar no programa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o nobre Deputado Luiz Alberto.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, queria saudar aos membros da Mesa que vieram fazer depoimentos no sentido de colaborar com o trabalho dessa CPI. Grande parte do depoimento da Dra. Olga, eu já tinha ouvido parte desse depoimento por ocasião de um depoimento que V.Sa. fez no Conselho Nacional de Direitos Humanos, no Ministério da Justiça. Também parte das denúncias que a senhora faz me parece que foram conseqüências de sua atuação quando dos seus depoimentos na CPI do Narcotráfico. A senhora citou o caso de que o Presidente na época, o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, foi denunciado na CPI do Narcotráfico como um dos membros dos grupos que praticam esse tipo de delito, de crime lá na Bahia. Eu queria saber da senhora...A senhora colocou aí que recebeu uma informação de que foi emitida uma ordem da Capital, de Salvador, para lhe eliminar. A senhora tem idéia ou sabe de onde partiu essa ordem e de quem?

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - Olha, eu fiquei com um rádio na frequência da polícia. E as informações que me chegaram no sábado, que foi a própria Secretaria de Segurança Pública, o Governador do Estado quem mandou fazer isso. E a verdade é que tinham policiais, e o próprio Comandante-Geral da Polícia se deslocou de Salvador no dia, a 530 quilômetros da Capital, e estava presente na comarca, o Comandante-Geral. Eu, depois que vim a Brasília e prestei esse depoimento, depois de dois anos, tem aqui nessa pasta, apareceu, na semana retrasada, um coronel para fazer um processo administrativo-disciplinar contra os policiais que arrombaram a casa. E eles estranharam porque eu tinha os nomes e as fotografias de todos e podia identificar. E queriam que eu apontasse o



soldado que me deu essa informação no sábado, porque eu fiquei com a máquina fotográfica, com o celular. E isso eu não faço jamais. Podem tirar minha vida, mas eu não vou denunciar esse soldado, porque esse soldado vai perder a farda e vai ser morto. Então, eles fizeram perguntas. E, das 10 perguntas que o coronel faz, é evidente que as próprias perguntas, para eu responder, ele sabe de onde partiu as ordens. Ele quer saber se tinha a placa, a casa tinha uma placa, quando eles têm as fotografias com a placa do Poder Judiciário. Qual foi o policial que usou de mais violência, se foi o coronel ou o tenente? Então, ele sabe que o coronel participou e o tenente também participou. Então, das próprias perguntas que foram feitas para eu responder, o próprio coronel que está apurando sabe de todos os fatos e sabe da culpa. Agora, o que mais entristece é que o Procurador-Geral de Justiça, que hoje é Presidente da Associação do Ministério Público na Bahia, o Dr. Aquiles Siquara — é Presidente da Associação do Ministério Público no Brasil e é Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia — foi oficiado inúmeras vezes por mim e nunca me respondeu. E nenhum policial foi denunciado. Então, há um crime. E quando fui na Comissão de Direitos Humanos, o que pedi à Comissão foi que contratassem um advogado para processar o Procurador-Geral de Justiça, porque isso é crime de prevaricação. Então, quando eu vim à Comissão, eu esperava da Comissão esse resultado, essa providência. Então, as Procuradoras que fazem parte da Comissão, eu não recordo agora o nome delas, uma é Ivana Farine e outras, elas me prometeram que me dariam resposta. Mandei também todo esse material. Ainda não recebi a resposta. Recebi do Secretário, Dr. Nilmário, uma pessoa que eu admiro muito, a resolução, o relatório, porque eles fizeram já um relatório narrando cada fato, cada situação, e me dando toda justiça, toda a razão. Se forem ler a sentença, o acórdão dos desembargadores, o negócio é muito grave. Os próprios desembargadores, os 29 desembargadores dizem que eu sou uma juíza que sou vítima; dizem que o Procurador-Geral de Justiça ele foi irresponsável por me denunciar; dizem que os ofícios que mandaram para o Ministério Público desapareceram, que nenhuma providência, até a presente data, foi tomada. E isso tem a assinatura de 27 desembargadores, um pleno reunido para julgar uma ação penal contra mim. E no relatório eles dizem que eu tenho muito mais virtudes do que de pecado; que eu tenho hoje minha cabeça a prêmio; que ando num carro blindado;



falam do problema da casa de detenção, que eu fui presa na casa de detenção; falam do arrombamento da casa; fazem um relatório no julgamento. Os 27 desembargadores concordam com tudo isso. E todas as vezes que entram com cartas anônimas contra mim no Tribunal, o Secretário de Governo apreendeu. Pega um analfabeto, manda assinar, dizendo que eu sou traficante, que eu trafico drogas, armas, e o Tribunal ainda me manda, por 5 dias, para responder, para provar. Em 99, cheguei a sair de Salvador, fui a São Paulo. E quem foi meu advogado? Luiz Eduardo Greenhalgh. Eu vim procurar, porque diz que era um excelente advogado, que conhecia a área penal. Na época, saí de Salvador... Isso a um custo muito grande. Então eles entraram em contato quando viram a situação de delegado, de tudo comigo, se colocaram à disposição. Foi tudo custeado com meus próprios recursos; foi pago para advogar; eles entraram com um processo, inclusive, um processo contra um Deputado. Que quase que eu desistia hoje, eu cheguei a vim aqui e ia voltar, porque um Deputado da Bahia, Reginaldo Germano, faz parte aqui, está como titular na Comissão de Extermínio. E este Deputado me causou o maior transtorno, porque, na Bahia, quando eu fui depor na CPI, ele, para defender o Deputado Pedro Alcântara, ele, sem me conhecer, disse que eu era traficante de cocaína. E quando ele fez essa declaração, houve uma moção de repúdio na Câmara, na Assembléia Legislativa. Inclusive, a partir daí, eu recebi cartas do Brasil inteiro, dizendo quem era o Deputado Reginaldo Germano. Que foi assaltante, expulso da polícia, usou cocaína durante 10 anos, 10 longos anos. A Comarca de Itabuna me mandou inúmeros documentos de que ele respondia a processos porque dava calote e não pagava. Recebi inúmeras coisas contra esse Deputado. E, quando li o nome do Deputado, quase que não vinha hoje prestar esse depoimento e ia me embora. E, quando vi o nome, pedi rapidamente um fax para poder, se ele viesse me interpelar, eu passar para todos os colegas os documentos que tenho da pessoa dele. E que, infelizmente, o analfabetismo é grande no Brasil. Que a Bahia está em segundo lugar em analfabetismo e, por isso, tem muita gente que não devia estar no lugar onde está.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Dra. Olga, a senhora listou aí de onde a senhora imagina que deva ter saído a ordem de execução da sua pessoa. A senhora citou o Secretário de Segurança Pública...



A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - Secretário de Segurança Pública...

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - ...Comandante-Geral da Polícia Militar, Governador do Estado...

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - ...o Governador do Estado.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - ...e também citou o Procurador-Geral da Justiça na época, como...

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - O Procurador-Geral da Justiça da época não mandou diretamente, mas mandou o Corregedor do Ministério Público. Coincidentemente, no dia em que arrombaram a minha casa, o Corregedor do Ministério Público da Bahia, que mora em Salvador, estava também na comarca na véspera, no sábado e no domingo.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Eu perguntaria a senhora: quem era o Secretário de Segurança Pública na época?

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - Cátia Alves.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Quem era o Comandante-Geral da Polícia Militar?

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - O Comandante-Geral não sei, mas o Comandante do Batalhão, Miller. E que, inclusive, eu cheguei a ver o Miller no carro da polícia, com emblema, na porta da minha residência.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Coronel Miller?

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - Coronel Miller.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Quem era o Governador na época?

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - César Borges. E que este, inclusive, antes desse fato, quando eu denunciei ao Secretário os delegados e o problema que ocorreu de um preso que morreu na cela, ele foi para o jornal dizer que um desembargador, que não liberou um bandido, era desequilibrado, e pedia a minha preventiva.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - E quem era o Procurador-Geral da Justiça?

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - Fernando Staine Tourinho. E que, inclusive, deu fim em ofícios que foram encaminhados para o Ministério



Público pedindo providências do Ministro. O Ministro encaminhou ofícios, o Tribunal encaminhou ofícios para o Procurador, esse Fernando Staine Tourinho, e esses ofícios desapareceram do Ministério Público.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - E, por fim, a senhora citou aí o nome de um Parlamentar que fazia parte da CPI do Narcotráfico, que teve esse comportamento com a senhora. Só foi esse Parlamentar, ou algum outro se comportou de forma diferente?

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - O Pedro Alcântara...

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Não, da CPI, membro da CPI.

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - Membro da CPI só ele, só ele. Os demais, todos, inclusive, lamentaram o episódio. Celso Russomanno, Fernando Ferro, lamentaram muito, sentiram por eu ir prestar uma coisa de valor relevante à Constituição, porque eu tinha os documentos. A quadrilha de Vander Dorneles estava ligada a Juazeiro; o roubo de carga e o grupo de extermínio em Juazeiro, que é o polígono da maconha. Bastava atravessar a ponte, dava em Petrolina, Pernambuco. E os Deputados todos inclusive fizeram uma moção de repúdio. Ele, sem me conhecer, para defender o Deputado Pedro Alcântara, que estava envolvido, que inclusive tinha pedido para soltar o bandido, ele pega e faz este papel: na frente de uma televisão e de um jornal, diz que eu era usuária de drogas, que eu andava em boca de fumo, que meus filhos andavam em boca de fumo, e que eu era amante de um bicheiro. E o único bicho que eu conheci ali foi ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - É só, S. Presidente. Obrigado.

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem V.Exa. a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - Um colega nosso, companheiro de Parlamento, foi citado pela meritíssima, e acredito que nesta Comissão, presidida por V.Exa., teríamos que ter a presença do Deputado, porque a meritíssima, inclusive, chamou o Deputado de caloteiro, chamou não... mostrou os documentos.

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - Mostrei os documentos.



O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - Certo, chamou. E não podemos, como Comissão Parlamentar de Inquérito, permitir que isso aconteça com um companheiro de Parlamento sem que o mesmo esteja presente, ou, no mínimo, a Secretaria da Comissão contate o Deputado e officie a ele o que está acontecendo aqui neste momento. É o mínimo, do ponto de vista ético, que podemos fazer. Requeiro isso de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Nobre Deputado Heleno, a Dra. Olga citou o nome do Deputado Reginaldo Germano, tem alguns documentos. É óbvio que a Comissão irá analisar os documentos. Após a análise desses documentos, até porque ela apenas citou, a Comissão tomará alguma atitude em relação ao nobre Deputado. Mas a Presidência agradece a V.Exa. a sugestão, e, após a reunião, a Comissão poderá se reunir para decidir sobre a citação do Deputado.

O SR. DEPUTADO HELENO SILVA - Comunico a V.Exa. que vou entrar em contato com o Deputado e torná-lo ciente, para que ainda esta tarde ele possa falar, para aproveitarmos esse momento, porque as acusações da meritíssima foram graves.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - V.Exa., como membro da Comissão, tem todo o direito de comunicar o ocorrido ao nobre Parlamentar. Pela ordem, tem a palavra o Relator, Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, acho que os Parlamentares são membros, todos eles foram convocados para participar da reunião, e terão o direito de questionar. Agora, estamos ouvindo uma autoridade que foi convidada para prestar depoimentos e está aqui entregando documentos. É claro que nós, como V.Exa. já determinou, vamos analisar, e as investigações e as análises deverão ser feitas. Mas queria perguntar...

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Deputado Luiz Couto, com sua permissão, por favor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois não.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Só queria alertar o Presidente da Comissão e o nobre Relator que espero que não tenhamos uma situação de constrangimento para a depoente.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Claro, claro.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Todos os membros da Comissão têm todo o direito de participar, evidente...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Claro, claro, por isso que...

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Mas que não haja constrangimento a nenhum membro, aos que foram convidados aqui a fazerem depoimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Com certeza, isso não vamos... aqui, acho que a Dra. Olga terá todo o respeito e reconhecimento. Dra. Olga, toda essa situação ocorreu na Comarca de Juazeiro. Era só na cidade de Juazeiro ou havia também cidades satélites de Juazeiro onde jovens foram eliminados?

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - Bem, em Juazeiro achei uma situação mais grave, foram muitos inquéritos no ano de 2001, com referência a esses fatos. Mas tive notícia de outras cidades, a exemplo de Santo Antonio de Jesus, e também a Comarca de Jaguarari teve fatos citados. Mas em Juazeiro... Cruz das Almas é uma comarca muito calma, tem 50 mil habitantes, apenas 5 presos, e Juazeiro — tem um ano que saí de Juazeiro — tem 50 mil habitantes, apenas 5 presos, e Juazeiro, tem um ano que saí de Juazeiro, e durante esse período de 5 anos que trabalhei em Juazeiro, foram muitos casos de mortes, e sem solução.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nesse grupo de extermínio de Juazeiro, que era composto de policiais, deu para identificar quem é que liderava, quem era o líder desse grupo, quem comandava? Também dá para citar nomes de possíveis mandantes e principais beneficiários dessa ação de extermínio?

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - Olha, o próprio delegado de polícia deu no noticiário e em matérias que saíram no jornal que existiam indícios de policiais militares participando do grupo de extermínio. A Polícia Militar encaminhou alguns documentos — o comandante da época — falando que eram duas pessoas, numa motocicleta, que praticavam esses homicídios. Mas existem alguns processos, algumas denúncias, na Comarca de Juazeiro. Porém, como eu já tenho 1 ano afastada de Juazeiro, não sei o final. A denúncia é apenas indícios de autoria e materialidade. Mas não quero aqui cometer um julgamento antecipado, desde quando que não existe uma sentença. Existem denúncias.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, no caso, solicitaria inclusive... apresentaremos requerimento requisitando os processos referentes aos nomes que aqui foram citados, dos casos... esses, de 2001, foram cento e...

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - Oitenta e um.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E no ano 2000, também teve ?

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - Também teve.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A senhora tem esses dados, ou não?

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - Tenho, tenho dados de 2000, 2001, e janeiro de 2002.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - 2002.

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - Em janeiro de 2002, 47 casos de homicídios.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Qual... as vítimas, a senhora falou, eram jovens, na sua grande maioria. Há algum jovem identificado assim como jovem menino de rua, infrator, pequenos delitos, e membros de minorias? As vítimas eram essas?

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - As vítimas, na maioria das vezes, eram adolescentes de 16 a 22 anos, inclusive, há casos que tinham passagens pela polícia. Houve 2 fatos que tinham acabado de serem liberados, através de fiança, e, ao sair da delegacia para ir para casa, foram exterminados.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Essa situação de grupo de extermínio, é algo isolado ou tem vinculação com tráfico de drogas, roubo de carga, casas clandestinas de jogos e outros crimes correlatos?

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - Olha, em Juazeiro, justamente pela localização da cidade, próximo a Cabrobó e Petrolina, ficou realmente difícil de se identificar as correlações que tinha esse grupo de extermínio. Mas, no ano de 2001 foi assim: muitos jovens que tinham entrada... Praticaram pequenos furtos em casas comerciais. E há um fato que foi muito grave, e a pessoa foi já julgada, condenada: a situação de um auditor fiscal. O pai de um promotor, um auditor fiscal, que foi assassinado em Petrolina, respondia a alguns processos em Juazeiro, e o mandante do crime está solto, pela denúncia, mas o executor foi condenado por outro crime, em Juazeiro. Um auditor fiscal que combatia o roubo de



carga, e, em Petrolina, fez apreensões de inúmeras cargas roubadas, esse auditor da família Aras, pai de um promotor, foi assassinado o auditor, e o executor ficou preso, e continua preso em Juazeiro, por um outro crime.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A senhora disse que, no momento em que prestou um depoimento ao delegado sobre aquela informação de que um pistoleiro iria receber 5 mil reais para executá-la, que cópia desse depoimento foi entregue aos policiais que pretendiam matá-la. Quem foi o delegado que ouviu a senhora e entregou esse depoimento — cópia do depoimento — e quem foram os policiais que receberam esses documentos.

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - Eu estava recebendo cartas anônimas e telefonemas, inclusive, o telefone tinha um bina, só que o número, no identificador do bina, não existia, saia no bina, mas não era o telefone que estava me telefonando. E aí passei a receber cartas. Em 10 de julho, um coronel reformado de Petrolina teve acesso a uma carta à qual eu não tinha tido acesso. E a partir dessa carta foi que eu fui à Polícia Federal. O delegado era o Doutor Francisco Bezerra. Ele tomou meu depoimento, minhas declarações. No final das declarações, disse que não era da competência da Polícia Federal, e, no dia seguinte, um jornal de circulação na cidade já falava do depoimento, já falava da carta, e promotores já comentavam, em rádio e em televisão, que essas cartas eram fantasiosas. Só que essas cartas, que estão anexadas, têm o endereço de um policial para outro policial, numa caixa postal errada.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Qual delegado?

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - Delegado Francisco Bezerra, da Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Essa rebelião que aconteceu no presídio, onde a senhora foi trancada no pátio, os apenados decidiram que nenhuma ação de violência aconteceria com a senhora. Qual foi o PM que trancou a senhora no pátio?

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - Olha, foram 3 soldados. Existe uma fita, essa filmagem da TV de Petrolina está com o Ministro do Supremo Tribunal Federal, e outra fita está com o Tribunal de Justiça, e inclusive dá para identificar, porque filmou o policial quando bateu o cadeado. E quem estava comandando a operação foi o tenente Fábio.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A senhora tem cópia dessa fita, ainda?

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - Olha, eu posso conseguir cópias dessas fitas, porque a maioria do material está guardado no tribunal, e tenho material guardado também em outros lugares.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Seria importante se a senhora conseguisse cópia dessa fita e a encaminhasse para a CPI. Dra. Olga, 200 processos em Cruz das Almas, é promotor ou promotora lá? Quem é a promotora?

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - Promotora.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quem é a promotora?

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - Olha, ela tem pouco tempo que chegou na comarca, é a Dra. Isabel. Tenho uma certidão, e, nessa certidão, a escritã diz que não existe nenhum processo concluso para mim, para o juiz, e existem 150 processos que foram feitos carga para o Ministério Público, a partir do dia 3 de junho, e 50 no armário, já com vista, mas que ela ainda não pegou, num total de 200 processos. Esse material, e o nome da promotora, estão na pasta.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quem é o delegado de Cruz das Almas atualmente? Esse delegado em Cruz das Almas, ele está lá há pouco tempo, ou quando a senhora chegou, ele já estava exercendo sua função naquele Município?

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - Ele era delegado em Santo Antonio de Jesus, o sobrenome dele é Torres, saiu de Santo Antonio de Jesus tem aproximadamente 1 ano. Eu cheguei em agosto do ano passado em Cruz das Almas, ele deve ter chegado em outubro do ano passado. Então, ele tem apenas 1 ano na Comarca de Cruz das Almas. Eu tive conhecimento e soube que ele era delegado de Santo Antonio de Jesus porque recentemente a relatora da ONU, Dra. Asma, foi a Santo Antonio de Jesus, e lá a promotora Ana Rita fez denúncias com referência ao grupo de extermínio em Santo Antonio, e citou que o delegado tinha sido castigado e afastado de Santo Antonio de Jesus, e que o delegado era o Dr. Torres. Então, eu, no momento em que assisti ao depoimento da Dra. Ana Rita, interpelei e disse que ele não foi afastado, que ele é delegado em Cruz das Almas, está como delegado titular de Cruz das Almas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Dra. Olga, esse material que a senhora citou aí, a senhora poderia encaminhar para a CPI tirar cópia?



A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - Não, isso já foi a cópia que eu trouxe para a CPI. Inclusive com cópias autenticadas. Todo esse material eu já fotocopiei, já deixei aqui para a CPI.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, mas esse último documento que a senhora...

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - De tudo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - De tudo. Por causa dessa ação da senhora, a senhora sofreu ameaças, cartas anônimas, processos, atentados, arrombamento de casa, está com a cabeça a prêmio, anda de carro blindado, segurança. A senhora, ainda hoje, sofre ameaças por causa dessa ação, continua tendo segurança da polícia, ou a segurança foi a senhora mesma que contratou.

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - Olha, eu não tenho nenhuma segurança. Hoje eu moro em Cruz das Almas, na casa do Poder Judiciário, próximo ao fórum, mas não tenho segurança, porque inclusive até tenho receio, e não confio em quem vai fazer minha segurança...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas...

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - Eu tenho cachorros, crio cães rotweiller e pit bull.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas, ameaças de morte, continua recebendo ainda?

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - Olhe, diminuiu muito. Quando eu fui para Cruz da Almas, que saí de Juazeiro, houve uma diminuição. Ainda existem trotes, de vez em quando, como uma forma de intimidar. É o que eu digo, tive receio de participar, de hoje estar aqui, porque, no momento em que participei da Comissão do Narcotráfico, foram criados inúmeros problemas, houve diversas representações, todas foram julgadas e arquivadas pelo Tribunal de Justiça da Bahia. Três ações penais, que já foram julgadas, já foram a Pleno, não foi recebida nenhuma denúncia, e está o relatório dos desembargadores dizendo do meu comportamento, do meu trabalho, da quantidade de audiências que faço, da quantidade de sentenças, e que tenho muito mais virtudes do que pecados. É o que dizem os desembargadores do Tribunal de Justiça da Bahia.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, gostaria de agradecer a Dra. Olga a participação e contribuição. Devolvo a V.Exa. a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Dra. Olga, o nobre Deputado Luiz Couto fez uma pergunta e parece que V. Exa. esqueceu, não sei: junto a esses grupos de extermínio, na Bahia, existe alguma conexão com o roubo de cargas?

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - Existe, porque, inclusive, esse auditor fiscal morreu em decorrência de estar apurando roubo de cargas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - V. Exa. também citou, num trecho da exposição, o chefe, na Bahia. Quem seria esse chefe, ou quem será?

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - Na verdade, o que aconteceu com relação a minha pessoa, e com todo o problema de Juazeiro, é que existia, existe em Juazeiro, um Deputado, que na época era Líder do Governo, tinha forte influência na Secretaria de Segurança Pública e com a Secretária de Justiça. E, a partir do problema da CPI, a partir do problema dos documentos referentes ao irmão de uma certa autoridade, que eu apurei, passei a sofrer perseguições, tive 2 representações da Secretaria de Segurança Pública, porque fechei uma delegacia com fios, com material de tortura, e essas representações, os corregedores... foram apuradas. O Tribunal de Justiça, diversos juízes, passaram 8 dias na Comarca apurando e viram que eu não merecia representação, que quem estava merecendo representações eram os policiais que estavam sendo comandados por aquela secretária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Qual era o nome do Deputado?

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - O Deputado Pedro Alcântara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Está bom. Esta Presidência agradece à Dra. Olga. A cada pessoa que vem fazer exposição nesta CPI, é uma preocupação maior com a impunidade. A impunidade neste País é uma coisa que nos deixa, a cada dia, a cada instante, mais preocupados. Mas esperamos que as pessoas, de direito, de fato, possam contribuir para acabar com essa impunidade, que possam investigar esses crimes, esses processos, até porque pobre desses Daniel da Bahia, não é doutora? Não podiam ter o nome Daniel, porque é perigoso.



Acho que, depois disso, nessa região, até evitaram colocar o nome de Daniel nos filhos. A mim parece que, pelo fato de ter o nome Daniel, tinha que ser morto. É muito perigoso.

A SRA. OLGA REGINA DE SOUZA SANTIAGO - Saiu, inclusive, numa reportagem da *IstoÉ*, o depoimento da mãe de uma das vítimas, que era irmão de um Daniel, e que ela cita — é um depoimento dela, não um depoimento meu —, quando os repórteres da *IstoÉ* estiveram em Juazeiro, puderam falar com as famílias das vítimas, com certidões de óbito, e com toda declaração, com toda a documentação referente a este fato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Esta Presidência agradece a participação a V. Exa. nesse depoimento da CPI. Continuando a nossa pauta, passo a palavra ao nobre Deputado Paulo Duarte, até por vinte minutos. Tem a palavra V. Exa., Deputado Paulo Duarte.

O SR. PAULO DUARTE - Sr. Presidente, senhores membros desta Comissão, queria ressaltar a importância e a oportunidade da instalação desta Comissão em função exatamente da evolução da criminalidade em todo o País. Estamos aqui, eu queria registrar a presença do Dr. Mário Mamede. Hoje eu tive a oportunidade de ver o quanto está difundida esta questão, principalmente dos grupos de extermínio, quando a Dra. Maria Eliane Menezes de Farias, Procuradora Nacional do Direito do Cidadão, através de um telefone anônimo, recebeu denúncias hoje da existência de grupo de extermínio em Nova Friburgo, local em que ainda não se registrava esse tipo de coisas. Isso demonstra que a coisa está realmente se espalhando, se generalizando pelo Brasil todo. Eu queria chamar a atenção desta Comissão, até porque fui convidado na quarta-feira, quando estive no Ministério da Justiça, mais precisamente na Comissão Nacional dos Direitos Humanos, para prestar depoimento, a convite daquela Comissão, sobre a pistolagem no Vale do Jaguaribe, uma região do Estado do Ceará que, infelizmente, convive há muito tempo com esse tipo de crime, o crime de aluguel. Mas eu, neste momento, gostaria de pedir a compreensão dos senhores, porque, na verdade, o crime de pistolagem, naquela região, é uma coisa histórica, e que, neste momento, o Governo do Estado tem sido muito forte, muito combativo. Há um trabalho de toda a estrutura policial, no sentido de conter essa violência naquela região. Eu queira chamar a atenção



especificamente para um crime que aconteceu há cerca de cinco meses no meu Município, Limoeiro do Norte. Eu tenho a satisfação de encontrar aqui um conterrâneo, da Polícia Federal, Praxedes, do meu Município; há muitos não o via. E é até bom porque ratifica o que eu vou dizer aqui. A nossa cidade, Limoeiro do Norte, tem 106 anos de existência. E, durante 103 anos, fomos considerados um dos Municípios mais pacatos do Estado do Ceará. Nos últimos três anos, lamentavelmente, nós passamos a ser talvez a cidade mais violenta do Estado. Estamos tendo toda sorte de crime, de pistolagem, roubo de carga — naturalmente que isso é facilitado pela região de fronteira com o Rio Grande do Norte —, mas principalmente o recrudescimento da pistolagem na região. Eu já tive oportunidade de dirigir a segurança pública do Estado e a pasta da Justiça e tivemos a oportunidade, de 1986 a 1990, de inibir bastante o crime de pistolagem no Estado do Ceará, com prisões de mandantes, de pistoleiros. Mas houve realmente eu acho que uma acomodação e o crime voltou de forma muito mais grave. Tivemos, há cerca de cinco meses, um crime político cometido contra um radialista em Limoeiro do Norte, proprietário de uma emissora de rádio, uma das mais antigas do Estado do Ceará. E chamo a atenção para esse crime, porque esse crime aconteceu no dia 30 de junho deste ano. E, no dia 25 de junho — portanto, 5 dias antes do crime —, eu recebi uma pessoa na Assembléia, que me passou a informação de que um pistoleiro teria sido contratado por 50 mil reais. O intermediário seria o sargento Edésio, do Exército, Comandante da Unidade do Exército em Limoeiro do Norte e Chefe do Serviço Reservado do Exército para a região, e o contratante do pistoleiro seria o Desembargador Federal, ex-Presidente do Tribunal da 5ª Região, em Recife, esposo da Prefeita de Limoeiro do Norte, Desembargador José Maria Lucena. Eu recebi essa informação cinco dias antes, no dia 25 de junho. Imediatamente — tudo que estou falando aqui está registrado no inquérito, nas peças, inclusive, que formam hoje o processo que tramita na Justiça de Limoeiro do Norte —, no mesmo dia, eu procurei o coronel Sérgio Pedrosa, coronel do Exército, assessor da 10ª Região Militar na Assembléia, comuniquei a gravidade dessa informação. Naturalmente, que era uma informação sem maior sustentação, mas, mesmo assim, pedi que ele solicitasse ao serviço reservado do Exército que procedesse a uma investigação para verificar a veracidade ou não da informação. Isso foi no dia 25. No domingo,



que seria no dia 29, o sargento do Exército, por determinação do general comandante da 10ª Região Militar, apresentou-se em Fortaleza. Porém, só foi ouvido à noite de segunda-feira. E exatamente às 19 horas, do dia 30 de junho, cinco dias depois da minha informação, o radialista Nicanor Linhares foi assassinado dentro do estúdio da rádio, com 11 tiros. No dia seguinte, em plenário, fiz um pronunciamento. Falei exatamente da denúncia que havia recebido, falei da gravidade e da coincidência de ter recebido essa informação dando conta de que o pistoleiro teria sido contratado pelo Desembargador José Maria Lucena, pedi providências ao Governo do Estado e chamei ao plenário o coronel do Exército Sérgio Pedrosa, para confirmar que eu havia informado a ele cinco dias antes sobre o crime ou sobre essa informação. Ele confirmou e confirma isso no depoimento prestado já, inclusive, no curso, no interesse do processo, o processo que apura essa pistolagem. A partir deste momento, o desembargador, que era inimigo pessoal do radialista, o desembargador que mantinha e mantém 3 emissoras de rádio em Limoeiro do Norte, existia lamentavelmente, e ainda existe, apesar de termos tentado interferir junto ao Ministério Público, para conter os ânimos, uma baixaria gritante, recíproca, tanto do lado do radialista, como do lado do desembargador, inclusive palavras de ordem atingindo moralmente o desembargador e a vida do radialista, a família do radialista. Eram insultos realmente muito graves. Tivemos, no decorrer da campanha no ano passado, no acirramento da campanha para governo e para Deputado, a rádio desse radialista foi metralhada e todos os vidros foram quebrados durante a madrugada. Este ano, um radialista da mesma emissora foi agredido duas vezes por Secretários do Município, tendo sido nocauteado. Inclusive, os procedimentos estão tramitando em Limoeiro do Norte. Então, nós, a partir do assassinato, e a partir do nosso discurso, passamos a ser alvo de denúncias, de ameaças que já se tornaram corriqueiras e constantes. O próprio desembargador usou das televisões e, através de pessoas ligadas a seu grupo político, passou a denegrir a imagem do radialista e da família do radialista, tentando ou insinuando que o crime poderia ter sido praticado por familiares dele, poderia ter sido praticado por mim, poderia ter sido praticado por amantes do radialista. Foram estórias plantadas, exatamente tentando desqualificar o trabalho que estava sendo feito pela polícia, desde o primeiro minuto, acompanhado por um membro do Ministério Público, a pedido da própria



Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. Nós tivemos aí um período de muita morosidade nas investigações. Foram apresentados 5 elementos como envolvidos no crime e praticamente o inquérito foi dado como encerrado. Mas, felizmente, inclusive em função de uma prisão ocorrida em Mossoró, já no Rio Grande do Norte, onde morreu um policial civil, a polícia prendeu um elemento — estou aqui com os depoimentos — do bando dos pistoleiros que mataram o radialista: Andevânio Aquino Noqueira. E, a partir daí, o inquérito teve todo um desdobramento e um encaminhamento. Hoje, nós estamos com 6 elementos presos, sendo que, além do pistoleiro que eu havia dado o nome 5 dias antes, está preso também o sargento do Exército, Edésio, como intermediário. Foi preso duas vezes: na primeira, o desembargador conseguiu soltá-lo e ele continua preso agora, já tendo sido interrogado, inclusive, no processo. Nós, a partir da prisão do sargento, em função de que o sargento é pessoa íntima do desembargador e da Prefeita, é casado com a Secretária de Educação do Município de Limoeiro do Norte, aqui nesse depoimento que foi tomado, às folhas 752 do processo, ressaltado aqui por esse Andevânio Aquino Nogueira, foi preso, inclusive, com fuzil do Exército e com mais duas pistolas compradas da própria Polícia Militar, com armamento e munição, segundo ele, fornecidos pelo próprio sargento do Exército que era chefe do serviço reservado. Ele ressalta aqui que, entre outras pessoas, estão marcados para morrer o juiz da Comarca de Morada Nova, o delegado regional que presidiu o inquérito, Dr. Granja, e o Deputado Paulo Duarte, que sou eu, que, segundo o Chico Orelha, que é um bandido de 24 anos que, segundo a polícia, já cometeu 60 pistolagens, ele diz aqui, textualmente, que vai me matar de rifle a uma distância de 500 metros. Eu estou inclusive impossibilitado de ir à minha região há vários dias, porque esses elementos estão soltos e, na verdade, são pessoas de alta periculosidade. Logo após o crime de Nicanor Linhares, cerca de 20 dias depois, no mesmo Município, Limoeiro, eles mataram, segundo a polícia identificou, 7 pessoas em 15 minutos. Cortaram as orelhas de todos e as botaram na boca — o apelido Chico Orelha decorre exatamente desse tipo de comportamento, e essas pessoas são ligadas ao sargento Edésio, que, por sua vez, é íntimo e é da administração do Município de Limoeiro do Norte. Esses fatos todos estão registrados no processo, mas o que eu gostaria de ressaltar é que, depois da minha vinda, quarta-feira, à Comissão Nacional de



Direitos Humanos, onde estavam presentes o Dr. Mário Mamede e o Ministro Nilmário Miranda, se agravou essa questão das ameaças a todos nós. E agora, na última sexta-feira, fomos informados — inclusive há aqui documento da própria juíza do Município, documento assinado por ela e mais 3 promotores, encaminhado ao Governador do Estado e encaminhado aqui à Dra. Maria Eliane Menezes de Farias —, por fontes diversas, que esses pistoleiros estariam em Fortaleza e que, no sábado, eu, a juíza e os promotores seríamos assassinados, no último final de semana agora. Nós levamos o fato ao conhecimento do Governador, levamos o fato ao conhecimento das autoridade policiais. Na verdade, a gente já estava até se acostumando com as ameaças durante todo esse percurso, esse tempo, mas essas agora, no final de semana, foram graves, até porque a polícia, através do seu serviço de inteligência, confirmou parte da informação, de que a namorada de um desses pistoleiros teria viajado de Limoeiro para Fortaleza e, ao se despedir da mãe, disse que só voltaria para Limoeiro depois que eu, a juíza e os 2 promotores que acompanham esse processo tivessem sido assassinados. Então, nós estamos vivendo essa situação lá. Eu hoje tive a oportunidade de expor tudo isso para o Dr. Nilmário Miranda; estamos encaminhando também um pedido de providência junto ao Ministro da Justiça e à própria Polícia Federal, naturalmente, que é subordinada o Ministro. Queria registrar, até por dever de justiça, que o Governador tem dado todo o apoio, tem realmente sido enérgico na condução inclusive dessas apurações, mas infelizmente, com relação ao fato Nicanor Linhares, o que nós estamos tendo, infelizmente até agora é o processo caminhando com relação a 9 indiciados, ou seja, aqueles que participaram, de alguma forma, da parte material do crime. Os mandantes, por sua vez, ou os possíveis mandantes, conforme denúncia do Ministério Público — aqui está a denúncia, denúncia de 20 laudas, assinada por 3 promotores, em que o Ministério Público denuncia 9 envolvidos no crime e, por não ter competência, encaminha o processo ao STJ, respaldado em vários indícios que possibilitam o envolvimento do desembargador federal como mandante do crime. E também encaminhou cópia desse processo para a Procuradoria-Geral de Justiça, em Fortaleza, no Ceará, em função da possibilidade do envolvimento da Sra. Prefeita Municipal, esposa do desembargador. Então, o que queríamos ressaltar e pedir a esta Comissão — infelizmente nós sabemos, e é uma coisa que está sendo



cortada agora na carne, e talvez até por influência eu acho que muito provavelmente da ética que tem sido implantada agora, a partir da eleição do Presidente Lula, e a gente tem visto aí situações que nos dão esperanças, principalmente o que está acontecendo hoje em tribunais superiores deste País. E nós tivemos a oportunidade — e eu até, por ser delegado da Polícia Federal e ter tido a oportunidade de dirigir a Segurança Pública e a Secretaria de Justiça —, de ver de forma muito lamentável que ainda impera, embora por parte de uma minoria, um corporativismo doentio dentro do Poder Judiciário. Isso realmente parece que começou a mudar agora. Então, é importante que esta CPI, se é possível isso — e acho que esse é o foco que eu queria levantar —, se pudesse haver um acompanhamento dos senhores que têm realmente essa responsabilidade, que estão com uma Comissão de profunda importância sendo feita neste momento, como foi importante a visita que a Comissão Nacional de Direitos Humanos fez a Limoeiro do Norte, na pessoa da Dra. Maria Eliane e de outros membros da Comissão, e que viu lá, pessoalmente, a gravidade da situação, principalmente envolvendo esse crime político do radialista Nicanor Linhares. A partir dessa denúncia, Limoeiro hoje é uma cidade onde praticamente todas as pessoas, ao anoitecer, fecham as portas das casas, como se houvesse um toque de recolher, principalmente depois da chacina. Na verdade, o próprio desembargador usa os meios de comunicação e diz que vai anular tudo isso no STJ, e isso realmente fortalece, mesmo que ele não queira, mas fortalece o sentimento de impunidade, e é por isso que os marginais estão transitando livremente lá na região. Estamos inclusive encaminhando — e eu acho que seria bom até que fosse avaliado por esta Comissão também — a questão de uma força-tarefa da Polícia Federal para, em colaboração com o Ministério Público estadual, com a própria polícia do Estado, fazer um trabalho mais forte, mais rigoroso naquela região. Mas nada disso resultará em nada de positivo se nós não tivermos, no final desse processo, a punição para os mandantes do crime de Nicanor Linhares, porque o que nós temos visto naquela região — e é isso que realmente resulta nesse aumento do crime da pistolagem — é que nós nunca tivemos praticamente nenhum mandante sequer indiciado em crime de pistolagem. E as ameaças de morte que a juíza e os senhores promotores estão recebendo agora é exatamente porque depois de tantos anos estamos vendo um inquérito, hoje transformado em processo,



tornando públicos, através de uma apuração séria, rigorosa e responsável, nomes dos autores materiais e dos possíveis autores intelectuais do crime. Então, nós temos aí a certeza de que esta CPI pode contribuir — e muito — no esclarecimento e na apuração e na justiça ampla para todos os envolvidos no caso Nicanor Linhares. Eu, naturalmente, me vejo hoje — tive oportunidade de conversar com o Dr. Nilmário Miranda, na presença do Dr. Mário Mamede —, e no decorrer desses dias todos nós temos tido várias ameaças, mas, pela primeira vez, realmente, nós passamos a ter medo do que possa acontecer, porque as denúncias e as informações que nos chegaram, que estão sendo confirmadas pelo serviço de inteligência da polícia do Estado do Ceará, é que nós deveríamos ter morrido agora nesse final de semana: eu, a juíza e 2 promotores. E, felizmente, os elementos continuam presos, todos eles na faixa de 23, 24 anos, e, para os senhores terem noção da periculosidade deles, esse Chico Orelha já tem 60 pistolagens, segundo a própria polícia, e sempre cortando as orelhas das pessoas que ele assassina. E o mais lamentável é que são pessoas que, pela proximidade com o Sargento Edésio, do Exército, que está preso, se tornam muito íntimas da administração do Município de Limoeiro do Norte. Eu na verdade entendo que esse crime do Nicanor Linhares, que foi um crime de repercussão inclusive nacional, tem 2 vertentes: se ele for devidamente esclarecido e a justiça for feita para todos, nós teremos, brevemente, uma tranquilidade, uma segurança maior na região jaguaribana; se ele não for esclarecido e se a justiça não for feita, principalmente para os mandantes, aí nós teremos a banalização do crime de pistolagem no Vale do Jaguaribe, que já é foco desse tipo de crime doentio, que intimida, que agride todos nós. A Comissão, que esteve lá, teve oportunidade de ver o quadro de intimidação, de medo, quando inclusive, no auditório onde foi feita a audiência pública, a Prefeitura encheu o auditório com pessoas ligadas ao Poder Municipal, funcionários, num gesto de intimidação aos componentes da Comissão, que esteve lá, exatamente para prestar apoio à Justiça e para ouvir as queixas de todas aquelas pessoas hoje ali da região. Então, eu gostaria de agradecer esta oportunidade, coloco-me à disposição, inclusive em Fortaleza. Falo aqui com muita tranquilidade, muita serenidade sobre essa questão da pistolagem, porque, quando estive à frente, juntamente com o Deputado Federal hoje aqui Moroni Torgan, da Secretaria de Segurança Pública do



Ceará — e posso até pedir aqui o testemunho do Deputado Mário Mamede —, nós conseguimos fazer um grande trabalho nessa questão. Foi talvez a primeira oportunidade em que o Estado do Ceará colocou pistoleiros e mandantes na cadeia. A partir dali, houve realmente um abrandamento, houve um descuido, e a coisa voltou, e voltou muito pior. Então, a gente tem hoje essa avaliação de que todo esse trabalho que está sendo feito pela Comissão de Direitos Humanos e aqui pelos senhores através desta CPI, é um trabalho muito importante para que a gente possa, a partir de depoimentos, a partir das finalizações desse trabalho, a gente poder contribuir com as autoridades para que a justiça seja feita, e que esse tipo de crime, pistolagem, esse tipo de crime, conforme falou aqui a nossa juíza da Bahia, possa desaparecer, principalmente no Estado do Ceará, onde a gente tem tido, lamentavelmente, que conviver durante tantos tempos com essa situação de medo, de angústia. E o pior de tudo, agora, envolvendo pessoas, conforme está aqui no relatório do Ministério Público, pessoas inclusive de tribunais superiores deste País. Queria agradecer a oportunidade e me coloco à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Passo a palavra ao Profº Ricardo Henrique Arruda de Paula, por até 20 minutos. Após a exposição do professor, os Srs. Deputados poderão fazer as perguntas necessárias aos dois. Tem a palavra V.Sa., professor.

O SR. RICARDO HENRIQUE ARRUDA DE PAULA - Exmo. Sr. Deputado Bosco Costa, Presidente da CPI, em nome de quem eu agradeço o convite, eu estou aqui na qualidade de pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência, da Universidade Federal do Ceará. E tem uma pesquisa que ainda está em andamento, em sede de doutorado, sobre crimes por encomenda no Estado do Ceará. O que eu tenho aqui a relatar é bem diferente do que vocês possam ter ouvido já hoje à tarde, não são relatos pessoais, é algo técnico. Por isso, eu peço a paciência de V.Exas. Eu venho desenvolvendo, como eu já falei, coletando dados sobre a pistolagem no Estado do Ceará. E coletar dados, mesmo para um pesquisador, sobre pistolagem no Ceará não é fácil. E lhe digo que não é fácil porque é perigoso, é muito perigoso. Apesar de ser pesquisador, com todas as credenciais acadêmicas para exercer as minhas pesquisas e entrevistas sobre isso, mesmo entrevistando alguns matadores, mesmo preso, eu já tive inclusive o carro riscado. Eles desenharam, alguém



desenhou uma cruz, riscou no meu carro uma cruz invertida, que eu levei, na época, à ciência da Secretaria de Segurança Pública. Mas desdenharam. Disseram que era apenas um caso, que eu estava apenas vendo demais. E volto a lhe falar, eu tenho dados coletados da pistolagem do Estado do Ceará de 1982 até 2003. Dados jornalísticos, dados que eu tento, na medida do possível, conferir com inquéritos policiais, também guias de IML. Também olho a parte judicial, tentando acompanhar alguns casos desses, principalmente os de mais relevância. E entrevistei, dentro da categoria dos pistoleiros, entrevistei matadores, esposas de pistoleiros, parentes, amigos, protetores, mandantes. No Estado do Ceará, nós tivemos prisão de mandantes. Poucos. E geralmente são aquelas pessoas de menor poder aquisitivo. Eu tive condição de ver, entrevistar, uma mandante de um crime de pistolagem, e ela tinha pagado a um pistoleiro 3 mil reais para executar o esposo. Também entrevistei os chamados, no Ceará, que a mídia chama de “caçadores de pistoleiros”, que são aqueles delegados de polícia de carreira que fizeram o seu nome em cima do trabalho, prendendo pistoleiros. Então, tentei fazer esse mapeamento, e posso dizer para V.Exas. que a pistolagem no Estado do Ceará ela já chegou ao ponto da banalização. E a banalização da pistolagem torna mais perigosa. Por quê? Porque hoje em dia nós não temos mais no Estado do Ceará aquele pistoleiro tradicional, aquele que só faz aquele serviço de pistolagem. Nós temos hoje o pistoleiro que é o que eles chamam na linguagem policial “clínico geral”; aquele que faz assalto, aquele que é envolvido com roubo de carga, com assalto a banco, aquele que é envolvido com “cartãozeiros”, aquele que se utiliza de vários artefatos, aquele que também é contratado por quadrilhas para fazer eliminação. Então, eu cito até um caso da... E todos os casos que eu poderei citar aqui, eles estão respaldados em dados tanto jurídicos quanto jornalísticos num pistoleiro chamado João Uabiner da Silva, mais conhecido como João Lagoa, que ele estava envolvido na morte do empresário Ronaldo de Castro, isso acontecido em 1995. E já em liberdade condicional, ele em liberdade condicional, acerca de 2 meses, ele assaltou um banco em Fortaleza, o Banco Itaú. Então, nós não temos mais no Estado do Ceará, como eu volto a falar, esse pistoleiro que somente se presta a fazer crimes por encomenda. Então, se antigamente existia isso, existia tabela de preço, hoje em dia se mata no Ceará por qualquer coisa. Se morre e se



mata por qualquer preço. Hoje em dia, um serviço de pistolagem pode custar no Estado do Ceará 100 reais. Nós temos um caso também, no Município de Guaiúba, em que um acerto de contas resultou num aparelho telefônico, daqueles primeiros aparelhos telefônicos. Foi o pagamento ao pistoleiro. Então, hoje em dia você se mata e se morre no Estado do Ceará por qualquer coisa. Cito também o caso, mais uma vez falando da banalização do crime por encomenda, que nós tivemos um outro caso de uma mulher que apanhava do marido, e que simplesmente, no Município de Iracema, pega um carro, vai até Tabuleiro do Norte — que é uma cidade que fica no Vale do Jaguaribe, que é chamada também de Tabuleiro da Morte, devido a tantos casos de pistolagem que lá ocorrem — e contrata, no primeiro taxista que chega, diz assim “olha, eu quero matar um pessoa, é meu marido”. E o taxista que ela pega é o agenciador. Então, eu quero dizer com isso que a facilidade com que hoje em dia se contrata um matador no Estado do Ceará, é muito grande. É uma coisa que fica, que precisa ser visto pelo trabalho de V.Exas. Uma coisa, um dado interessante é que hoje em dia há um alistamento de matadores com idade cada vez menor. Eu tive a oportunidade de entrevistar um deles que com 5 anos de idade, o fazendeiro já o criava..., que lá no Ceará chama de lamber rapadura, cria a criança com o intuito já de ser aquele matador. Ele fica esperando para poder se tornar aquele matador. E hoje em dia, esse alistamento dos jovens torna ainda mais grave o problema da pistolagem. E aqui vai uma linha de investigação interessante. O pistoleiro, geralmente, no Estado do Ceará, quando ele não mais está apto fisicamente a fazer os tais serviços, ele começa a terceirizar. Então, ele passa a terceirizar os serviços dele, ele passa a ser o agenciador, ele passa a ser o mandante, e deixa de ser o pistoleiro. Agora, uma coisa interessante, é que os crimes de pistolagem, ou ditos de pistolagem, no Estado do Ceará que estão ocorrendo, cito até a chacina de Limoeiro, na realidade, recebem o nome pistolagem, mas podem receber qualquer outro nome, queima de arquivo, acerto de contas, vingança. O que é que caracteriza um crime de pistolagem? A figura crime de pistolagem é uma criação cultural, popular. Fora isso, o art. 121 do Código Penal, § 2º, ele tipifica o crime de pistolagem. Só que o crime, por exemplo, que aconteceu em Limoeiro do Norte, ele está para uma chacina, ele está para um acerto de contas. Aquelas pessoas que foram mortas, 7 pessoas que tiveram as orelhas



cortadas, colocadas dentro da boca, e depois eliminadas, isso, dentro do ritual entre pistoleiros, significa dizer que ouviu demais, falou demais, logo, merece morrer. Nós tivemos um caso de uma pessoa chamada, o nome dele eu não recordo, mas saiu isso no jornal, o apelido dele era Ratinho. Ele era o informante da Polícia em Tabuleiro do Norte. A morte dele se deu dessa mesma forma, cortaram as orelhas, colocaram na boca, ainda colocaram um cadeado na boca dele. Quer dizer, ele ouviu demais, falou demais, logo morreu. No Ceará, acontece isso. Mais um dado interessantíssimo, para investigação da pistolagem no Estado do Ceará, é de onde provém tanta arma para os matadores. Se os senhores forem fazer uma pesquisa, a maior parte das mortes que existe no Estado do Ceará é feita por pistolas de uso restritivo da Polícia Civil, Militar ou Polícia Federal. Geralmente, os calibres preferidos dos matadores cearenses é 0.49 milímetros. Então, eu pergunto: de onde vêm essas armas? Como fazer, como traçar, através do serviço de inteligência da Polícia Civil e Federal, essas armas? Como elas chegam ao Estado do Ceará? E o mais grave ainda, como a munição para suprir essas armas chega ao Estado do Ceará? Porque eu já entrevistei cerca de 40 matadores, todos eles dizem que gastam, por dia, treinando pontaria quando estavam soltos, cerca de 100 a 200 tiros. Então, de onde vem essa munição para abastecer esse mercado? Aí vem um outro grave problema, outro grave problema que eu acho, que reporto de suma importância. A região geográfica em que fica o Vale do Jaguaribe. Geograficamente, o Vale do Jaguaribe é uma porta aberta para o crime por encomenda e para qualquer outro tipo de crime. Através da Chapada do Apodi, o matador, o assaltante de carro, o assaltante de carga, o cartãozeiro, seja ele que criminoso for, ele tem uma rota de fuga tanto para a Paraíba quanto para o Estado do Rio Grande do Norte. Essa região da Chapada do Apodi é uma região neutra, onde tanto a Polícia da Paraíba — isso aí eu vi através de... Disseram-me que a Polícia da Paraíba manda alguns policiais para lá, a Polícia do Ceará só quando acontece um crime. Quer dizer, aquela região ali é uma região neutra, é uma região de passagem de criminosos, é uma região de desova de corpos, é uma região de desmanche de carros, uma região perigosíssima que há poucos dias, nas proximidades daquela região, foram encontrados os corpos de dois soldados, na região de Potiretama. Esses soldados saíram do Rio Grande do Norte, o intuito deles era matar um



prefeito na região do Vale do Jaguaribe e eles simplesmente foram mortos com mais de 100 tiros e depois tiveram os corpos carbonizados. Então, uma coisa interessante também é que os matadores estão aliados hoje em dia, no Estado do Ceará, aos cartãozeiros. Antigamente, algumas pessoas tinham uma maquinazinha pequena chamada chupa cabra. Aquela máquina colocava no local onde você coloca o cartão de crédito e aquilo ali aliciava, pegava os dados do cartão de crédito. Hoje em dia isso é feito com uma alta tecnologia. Então, essas pessoas que lideram esses bandos, essas quadrilhas de cartãozeiros, elas estão muito ricas. Elas fazem lavagem de dinheiro, elas abrem firmas falsas, firmas chamadas de fachada, elas movimentam o roubo de caminhões. Então, essas pessoas passaram a contratar matadores para eliminar os seus inimigos. Uma pessoa no bando que se desvia, eles mandam fazer uma queima de arquivo ou um acerto de conta ou uma vingança. E eles promovem esse roubo de carga. E o roubo de carga no Estado do Ceará, o que é mais rentável, o que é mais comum de ser assaltado no Estado do Ceará é cigarro, produtos eletrônicos, carnes, cereais, medicamentos, pneus e tecidos. Nessa parte dos pneus, é chamado de ouro negro, no Tabuleiro do Norte, essa mesma cidade que é também chamada de Tabuleiro da Morte. Então, lá tem um tráfico intenso de caminhoneiros, é uma região conhecida como uma região de caminhoneiros. Também o roubo de cargas está lá e os cartãozeiros também estão presentes nessa região. Então, o que eu posso dizer, nós tivemos no Ceará, aqui, neste ano, de janeiro até a presente data, 122 crimes com indícios de pistolagem — eu tenho todos eles aqui e vou passar para a Comissão —, e nós tivemos crimes que até hoje não são, não foram desvendados. No começo do ano, no começo deste ano, logo no dia 4 de janeiro, já que estamos falando e repisando a cidade de Limoeiro do Norte, um grupo de pistoleiros com capuz, roupas pretas e luvas abordou dois vaqueiros que vinham de moto. Eles iam para a cidade de Morada Nova. Esse grupo aborda esses motoqueiros, mata apenas um deles, deixa o outro vivo. Esse vaqueiro, ele era contratado por uma pessoa chamada pelo apelido de Tonido Rocha. Esse Tonido Rocha estava na cidade de Limoeiro. Era uma pessoa, um comerciante de carne de gado. Essa comitiva dessa Hilux sai de Morada Nova, vai até à cidade de Limoeiro do Norte, em plena luz do dia — isso este ano —, descem 4 elementos desse carro, vão até onde está esse senhor chamado Tonido



Rocha, o executam com mais de 20 tiros, vão para o carro, tentam ligar o carro, o carro não pega. Eles, pacientemente, abrem o capô do carro, tentam consertar, leva tempo, eles consertam, saem pacientemente da cidade e a polícia não aparece. Então é essa, se eu posso dizer, a fotografia da pistolagem, do crime de mando ou por encomenda no Estado do Ceará. E as linhas de investigação, elas estão aí. Por exemplo, se formos investigar o universo do criminoso, o crime de pistoleiro, o pistoleiro, comumente vamos encontrar fatores culturais tradicionais nessas pessoas. Ou seja, comumente, dos 40 pistoleiros que eu entrevistei, 38 são vaqueiros, 38 andam em vaquejadas. Quer dizer, eles, além de ter o esporte, esse tipo de esporte — que eu não estou querendo dizer que quem faz o esporte seja pistoleiro, mas ao contrário —, que desses, que 100% dessas pessoas que eu entrevistei faziam o esporte de vaquejada, andavam em forró. Quer dizer, mapear, a polícia poder mapear onde eles andam, o que eles fazem, como apanhar. De onde vêm essas armas? De onde vem a munição? Eu acho uma coisa muito simples, cabe à Inteligência da Polícia Civil do Estado do Ceará e à Polícia Federal — e aqui eu louvo a CPI, se puder impulsionar essas Polícias a agirem dessa forma, a descobrir o que está havendo, como é que um crime acontece. Eu citei apenas um exemplo desse caso do Tonido Rocha, como é que um crime acontece no dia 4 de janeiro deste ano e até agora, no presente momento, ninguém sabe quem matou os pistoleiros, ninguém sabe de nada? Igual a eles, a esse crime, há vários. No Estado do Ceará costumam dizer que tem vários corpos enterrados ali no Castanhão. Quantos pessoas, imaginem, saíram de casa e não voltaram mais? E são pessoas simples, são pessoas que não têm poder aquisitivo para lutar, como existem pessoas no Estado do Ceará — que a Comissão Nacional de Direitos Humanos quando foi lá ficou horrorizada, a Subprocuradora-Geral da República disse: *“Olha, de todos os Estados que eu fui parece que o Ceará tem a cultura da pistolagem. O que eu vejo aqui são pessoas de posse lutando pelos seus direitos, são pessoas que têm condições financeiras de bancar bons advogados e que tiveram parentes vitimados pela pistolagem”*. E não conseguem colocar o processo avante? Agora, V.Exas imaginem aquele simples do povo em que marido saiu de casa, a esposa outro dia, e nunca mais voltou. E não fazem uma denúncia na Secretaria de



Segurança, não levam o caso avante. Ele simplesmente sumiu. Então, era isso o que eu queria trazer para a CPI, e fico à disposição de V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o nobre Deputado Luiz Couto.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Eu acho que sim, Deputado, ele deve ter saído, mas deve estar retornando.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Portanto, para que as indagações também pudessem ser encaminhadas. Mas vamos começar com o Prof. Ricardo, agradecendo ao Prof. Ricardo. O senhor não faz apenas uma fotografia, mas muito mais do que isso, parece que mais do que isso, mais do que uma radiografia, o senhor está fazendo uma espécie de tomografia do que está acontecendo, porque faz uma análise como cientista, como pesquisador, pegando elementos daquilo que a imprensa publica, mas também guias lá do IML, inquéritos, ouvindo pessoas que protegem, que mandam, familiares de vítimas e pistoleiros. Parece um trabalho muito importante e eu tenho certeza de que o senhor vai continuar e que o resultado dessa pesquisa, numa tese que V.Exa. deverá defender, ela será de muita valia para os trabalhos da CPI. No final, nós gostaríamos que o senhor dissesse, para o enfrentamento dessa situação, que não é apenas crime de pistolagem. Crime de pistolagem é uma espécie de nome de fantasia que se criou, cultural, mas que parece ser o crime organizado em diversas vertentes, dependendo de cada local. Num local é mais os cartãozeiros; noutra é mais roubo de cargas; noutra é roubo de carros; noutra é também, ou seja, a eliminação de autoridades. Enfim, parece que tem diferença, dependendo da situação de cada região ou de cada local. O senhor começa dizendo que é um trabalho muito perigoso, é demais, em geral é perigoso e é muito perigoso. De 82 a 2003, o senhor pesquisou quantos casos de crimes que seriam, que teriam essa rotulagem de pistolagem?

O SR. RICARDO HENRIQUE ARRUDA DE PAULA - Excelência, inicialmente, de 82 até 2003 eu não tenho esses dados completos aqui, mas tudo o que saiu sobre pistolagem no Estado do Ceará e a partir deste ano, quando eu comecei a perceber que a pistolagem não fica só retida no Estado do Ceará, mas também vai à Paraíba, porque o que acontece no



Ceará é uma coisa interessantíssima, é que há uma troca de serviço: o pistoleiro mata no Ceará, se homizia na Paraíba ou no Rio Grande do Norte; mata no Rio Grande do Norte ou na Paraíba, se homizia no Ceará. Aqui nós tivemos um relato do Deputado Duarte sobre o Chico Orelha. Do momento em que ele cometeu esses crimes, com requinte de crueldade, para cá a cidade de Limoeiro do Norte sendo sobrevoada todos os dias por um helicóptero, tendo a Inteligência da Polícia Federal lá dentro, tendo a Polícia Militar Estadual, por que esse homem não é encontrado? Uma semana depois do crime eu estive lá, apliquei um questionário pelo Laboratório de Estudos da Violência sobre o medo da cidade após a chacina, e era unânime as pessoas da região dizerem que o pistoleiro era homiziado em fazendas da Paraíba, do Rio Grande do Norte ou até mesmo por pessoas, fazendeiros locais da região do Vale do Jaguaribe. Então, é um fator importantíssimo. Esse enfrentamento, nós agora há pouco tempo, nós tivemos uma fazenda que guardava armas para assaltantes. Isso está no jornal. Eu não me lembro agora, eu não tenho essa matéria mas estou tirando de cabeça, uma fazenda no Estado do Ceará em que as armas eram enterradas no solo, está no jornal. Então, como pesquisar isso? Como é que uma pessoa, olhando o jornal, descobre essas coisas e a Inteligência da Polícia não descobre? Eu queria fazer só uma ressalva que, de 86 para cá, o Estado do Ceará se orgulhou de ter acabado com a pistolagem. Foi dito diversas vezes que a modernidade estaria no Estado do Ceará e que o Estado do Ceará tinha recolhido todos os pistoleiros. A prova nós estamos aqui numa CPI, em pleno Ceará moderno, tratando sobre pistolagem.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor não tem esses dados mas no caso, a partir desses levantamentos seria importante que nos pudesse encaminhar.

O SR. RICARDO HENRIQUE ARRUDA DE PAULA - Eu tenho esses dados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - O senhor vai nos deixar esses dados.?

O SR. RICARDO HENRIQUE ARRUDA DE PAULA - Vou, vou, vou.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Uma outra pergunta, Prof. Ricardo. O perfil mais ou menos, hoje os pistoleiros que não são apenas pistoleiros, são pessoas que têm atividades criminosas múltiplas e, de vez em quando, também eles são contratados para matar inimigos, não é, que entram no jogo da competição, do



crime, no caso dos cartãozeiros, não é, ou mesmo de roubo de cargas, de roubo de carro, mas também eles são uma espécie de organização do crime organizado como tal. No caso de Limoeiro, aparece a figura denunciada do desembargador da..., mas qual é o perfil desses protetores? Dos pistoleiros a gente já consegue identificar, dos mandantes, dos mandantes, as vítimas também a gente já conseguiu identificar. Mas e o perfil dos protetores, mandantes e até financiadores?

O SR. RICARDO HENRIQUE ARRUDA DE PAULA - Deputado, uma coisa muito interessante é o perfil do protetor que eles chamam de apoio. O protetor do pistoleiro no Estado do Ceará não é aquela pessoa que geralmente é forçada pelo pistoleiro para ser o protetor, não é aquela pessoas que geralmente é forçada pelo mandante, é geralmente a pessoa que admira o pistoleiro, que é o que ele tem de pior, quer dizer, é aquela pessoa... eu já cheguei a falar com uma dessas pessoas, entrevistar, e ela dizendo assim: *“Olha, ladrão, eu não... eu não... eu não dou... não dou guarida, mas matador eu dou.”* Aquelas pessoas que primam pela valentia, que acha que estão diante daquele homem que é valente. Uma coisa interessante, falando de valentia, na cidade de Tabuleiro do Norte, esse clima da valentia que envolve a pistolagem, que é um clima masculinizante, todo o universo da pistolagem é envolto de um clima masculinizante, em que a mulher, num crime de pistolagem, quer dizer, para o pistoleiro é apenas os olhos e os ouvidos dele, fora isso é nada, o universo é totalmente o universo de companheiros de armas, de pessoas que se unem e vão para os matos se esconder e essas coisas todas, quer dizer, é um universo masculinizante. Então, esses protetores... Eu perdi o fio da meada, mas esses protetores, eles são geralmente pessoas que admiram a valentia. E em Tabuleiro do Norte, as pessoas, quando vão para uma festa, e dizem assim: *“Olha, se mexeu comigo, eu sou de Tabuleiro do Norte, terra de pistoleiro.”* Ou seja, não mexa comigo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Entre esses protetores estariam também donos de fazendas?

O SR. RICARDO HENRIQUE ARRUDA DE PAULA - Entre esses protetores possivelmente tem pessoas que são donas de fazendas, pessoas que têm posse, pessoas que não têm posse. São... é um núcleo muito variado

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.



O SR. RICARDO HENRIQUE ARRUDA DE PAULA - Sabe? É diferente do mandante; o mandante geralmente tem alguma coisa para o pistoleiro, um valor, e não necessariamente é um valor monetário, pode ser um favor, pode ser uma proteção. Uma pessoa contrata um serviço no Estado do Ceará e diz assim: *“Olha, eu lhe dou proteção; eu não lhe dou dinheiro, eu lhe dou proteção. Você fica na minha fazenda e não acontece nada”*. E o que ocorre, pasmem, que acontece também lá é o seguinte: o pistoleiro diz assim: *“Olha, eu estou muito visado nessa região. Então, você mata para mim aqui que eu mato para você lá”*. Troca de favores entre matadores.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É, inclusive, Dr. Prof. Ricardo, isso coloca aquela situação, porque, no momento em que, na Paraíba, eu e o Deputado Frei Anastácio, que é Líder do PT na Assembléia e que também anda hoje com proteção, como eu, da Polícia Federal, porque nós tivemos a informação prestada por um policial que nos procurou de que 2 pistoleiros estavam em João Pessoa para nos eliminar. E a informação é que os pistoleiros colocaram a mão no dinheiro, mas perguntaram quem eram... quem eram as pessoas. Eram 2 Deputados, mas um era frade e outro era padre, como eu. E o pistoleiro disse: *“Não, eu não vou matar padre e frade porque dá azar.”* Eu espero que não tenha nenhum pistoleiro ateu lá no Ceará, não é, que venha para lá, porque, na realidade, isso verifica aquela conexão que o senhor colocou: da Paraíba e Rio Grande do Norte. Aquela região ali, basta descer a Chapada do Apodi para estar lá e essa conexão e essa troca de serviço que acontece tanto no... do Ceará com a Paraíba como em Rio Grande do Norte. Eu pergunto...

O SR. RICARDO HENRIQUE ARRUDA DE PAULA - Só me permita.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois não, pois não.

O SR. RICARDO HENRIQUE ARRUDA DE PAULA - Eu, sendo V.Exa., eu não confiava, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu não confio também não, eu só confio em Deus e (*Risos.*) naqueles homens de bem. Mas, o seguinte: eu queria saber sobre o alistamento, que eu acho que tem o alistamento e tem o aliciamento, que é mais do que alistar. Aliciamento de jovens e, como o senhor colocou, até de crianças que são preparadas para serem matadores. O senhor chamou de lambedor de...



O SR. RICARDO HENRIQUE ARRUDA DE PAULA - Lamber a rapadura.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Lamber a rapadura.

O SR. RICARDO HENRIQUE ARRUDA DE PAULA - É.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Vai sendo preparado, treinado para... A questão do aliciamento, principalmente de jovens que estão desempregados, porque lá em Limoeiro, parece que tinha uma situação: jovens eram contratados para, ou seja, para carregar os caminhões daquilo que era produzido, mamão, banana, milho, etc, por causa daquele programa de irrigação, e de que muitos deles depois se transformaram em pistoleiros, porque, na verdade, ganhavam muito mais e tinham mais possibilidade de crescer, do que ficar carregando caminhão o tempo todo. Era isso mesmo, naquela região? Deu para perceber na sua pesquisa isso?

O SR. RICARDO HENRIQUE ARRUDA DE PAULA - Deputado, o aliciamento, ou o alistamento — tem diferença —, é muito simples naquela região. Naquela região que eu falo principalmente do Vale do Jaguaribe. Entrevistei uma pessoa que o Deputado Paulo Duarte deve conhecer, porque é delegado, chamado Damião Fernandes. Ele foi preso, ele está preso, ele está cumprindo 230 anos, salvo engano, de cadeia. Ele matou 11 pessoas e ele contou todo o aliciamento dele. No caso, ele, desde pequenininho, ele era fazendeiro do... ele foi criado por um fazendeiro chamado Wilson Bispo, que é morto, e esse fazendeiro levava ele criança, com cinco anos de idade, para ver os crimes, para ver as pessoas sendo cortadas, sendo mortas. E ele naturalizou aquilo ali, naturalizou. E a naturalização da violência, a cultura de armas, com a naturalização da violência, é o que eles chamam de lamber rapadura. Lamber a rapadura quer dizer esperar o momento ideal.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Outra coisa que chamou a atenção no seu depoimento foi a terceirização do crime, ou seja, pistoleiro que já não faz, mas que contrata outro para fazer o serviço. Podia falar um pouco mais sobre isso aí?

O SR. RICARDO HENRIQUE ARRUDA DE PAULA - Deputado, a pistolagem é uma atividade de habilidade, de habilidade e, muitas vezes, de força. Ou seja, é o jovem. O pistoleiro cearense, geralmente a vida dele não chega aos 30. Eu conto nos dedos de uma mão quantos pistoleiros tem aí, ou que foram pistoleiros, e que



continuam vivos. Tem deles, no Estado do Ceará, com 80 anos, que não são mais pistoleiros, que cumpriram a sua pena e hoje em dia estão vivos aí. Mas são pessoas temerosas, não fazem mais o serviço, como eles chamam, o serviço. Quer dizer, essas pessoas... O trato com a pistolagem precisa de vigor, habilidade: correr. Geralmente, eles não chegam até os 30 anos. Geralmente, o pistoleiro é 23 anos, 22 anos. O Chico Orelha, mesmo, se não me engano, tem 24 anos. É um rapaz novo, é um rapaz que vivia na comunidade de Limoeiro do Norte; ajudou até a pintar a Faculdade, a Faculdade de Filosofia de Limoeiro do Norte. Quer dizer, era uma pessoa da comunidade que, de repente, se tornou pistoleiro. Eu tive oportunidade de entrevistar, durante essa minha pesquisa sobre o medo na chacina, um policial militar. E achei um negócio interessante, porque o policial militar disse que Limoeiro do Norte tinha, salvo engano, 60 policiais militares antes da chacina, e, para esses 60 policiais militares, havia 4 coletes e 4 pistolas. Então, quando o Chico Orelha falou que invadia a cidade de Limoeiro do Norte, porque a polícia tinha prendido a amante dele, os policiais ficaram morrendo de medo. A própria polícia teve medo. A cidade todinha ficou toda com medo. Tinha um toque de recolher na cidade. Não que houvesse um toque oficial, mas, 5 horas da tarde, todos os comércios fechavam as portas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A prova disso, Prof. Ricardo, é que, no dia em que estivemos lá em Limoeiro e tivemos a oportunidade de fazer uma audiência pública, normalmente as pessoas, quando falavam, eram muito genéricas, cada uma cobrando a responsabilidade por não ter investigado outro crime, defendendo “a” ou “b”. Mas depois, quando o Deputado José Pimentel me apresentou não apenas como Parlamentar, mas como sacerdote, aí muita gente me procurou para trazer informações que não foram ditas na audiência pública, ou seja, essa questão do medo é real e as pessoas têm receio, inclusive porque lá não se corta apenas a orelha e coloca-se na boca, mas coloca-se até cadeado, como teve o caso do Ratinho. Esse medo é o grande instrumento que tem também o crime organizado para manter a impunidade e saber, como alguém disse lá, que Chico Orelha é intocável — podem tentar tudo contra ele, mas é uma pessoa intocável —, porque ele é uma pessoa importante para o crime organizado da região.



O SR. RICARDO HENRIQUE ARRUDA DE PAULA - Deputado, respondendo à sua pergunta e colocando mais alguns ingredientes, na cidade de Tabuleiro do Norte, nós temos um padre, um vigário, que agora não recordo o nome dele, Padre Marques, que inclusive eu sugeri o nome dele na Comissão. Eu tive oportunidade de conversar com ele. Ele é uma pessoa, quer dizer, ele é produto da sociedade em que vive. Ele é uma pessoa assustada, com medo. Ele é uma pessoa que vive dentro de uma sociedade que a qualquer momento pode ser morto. Sabe-se lá o que é o tempo todo achar que se está numa alça de mira de um pistoleiro? Quer dizer, é você... Ele disse para mim e eu gravei: *“A primeira oportunidade que tiver — isso eu falei uma semana após a chacina — de sair de Tabuleiro, eu saio”*. Ele disse agora. Então, esse medo passa a governar as ações das pessoas e a fortificar esses matadores, fortificar os agenciadores, os protetores e os mandantes.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Outra coisa que me chama a atenção é que as armas, elas são armas que são de uso restritivo na maioria das que foram utilizadas para os crimes, pistola de calibre 40,9 milímetros, tanto da Polícia Militar, como da Polícia Civil. Agora, a munição, segundo inclusive um dos que talvez deram esta informação, só para treinamento, eles gastam de 100 a 200 tiros por dia. Essas armas... Se as armas vêm de uso restritivo, a munição também veio disto aqui, ou não foi feita essa identificação?

O SR. RICARDO HENRIQUE ARRUDA DE PAULA - Não, veja só, o que eu constato é que geralmente estas mortes são feitas com pistolas ponto 40, que são pistolas de uso reservado da Polícia Civil e Militar; pistolas 9 milímetros, que são reservadas às Forças Armadas e à Polícia Federal; pistolas de calibre menor também são utilizadas; e a escopeta, a temível escopeta, no Estado do Ceará, que geralmente é usada por tiro de misericórdia, geralmente na cabeça da vítima. Então, a munição... Como essas pistolas chegam na mão desses matadores? É a pergunta que a CPI deveria investigar e como essa munição — porque a pistola, tudo bem, ela chega — chega? Porque a munição é algo que eu acho que deteriora com o tempo, então eles precisam estar usando e reutilizando outras. Então, isso deve ter um mercado muito grande abastecendo essas pessoas no Estado do Ceará.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No caso daquela conexão que existe no Estado do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, o senhor deu exemplo de policiais



do Rio Grande do Norte que estavam programados para matar uma autoridade, um Prefeito e que foram...

O SR. RICARDO HENRIQUE ARRUDA DE PAULA - Isso está nos jornais.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... que foram interceptados e foram carbonizados.

O SR. RICARDO HENRIQUE ARRUDA DE PAULA - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Isso acontece também... têm dados com relação à Paraíba?

O SR. RICARDO HENRIQUE ARRUDA DE PAULA - Deputado, a partir deste ano, eu passei a coletar, a ler os jornais da Paraíba, a pegar informações da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Piauí e Pernambuco, ou seja, tudo o que circunda o Ceará estava me interessando. Aí eu comecei a ver que era uma exaustão essa pesquisa. Então, concentrei-me na Paraíba e no Rio Grande do Norte. Sei que, na Paraíba, o tipo de crime que acontece lá é muito semelhante ao que acontece no Estado do Ceará, mas mais semelhante ainda é o que acontece em Pernambuco. O Ceará está mais, digamos, irmanado em termos de crime com o que acontece em Pernambuco do que com o Estado da Paraíba. Mas que é uma rota de fuga e que existe esta troca de favores entre matadores, entre assaltantes, entre protetores, existe isso aí e é uma coisa que está noticiada.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Muito bem. Agora, faço algumas indagações ao Deputado Paulo Duarte, em primeiro lugar, pedindo que ele possa nos encaminhar toda a documentação que tem e que ele entregou também ao Conselho de Defesa da Pessoa Humana, porque esse material é muito importante para os trabalhos da CPI. Também nós queremos, depois, que vocês possam dizer nomes de pessoas do Ceará, de forma reservada, que nós podemos ouvir aqui ou lá no Ceará — o que seria importante — e alguns que podem ser ouvidos, de forma reservada, para dar proteção de vida a essas pessoas. O caso Nicanor Linhares, ele foi uma explosão que fez aparecer o que normalmente já acontecia, Deputado Paulo Duarte. Mas quando é que começou mesmo? Porque tenho uma informação de que aquela região, principalmente Limoeiro, era uma região pacata — corresponde isso? —, mas que tinha uma periferia que era violenta já. O que é que deu origem mesmo a essa onda toda de violência? E Limoeiro, que era uma cidade que tem uma



diocese, diversas emissoras de rádio, universidade, enfim, o que levou Limoeiro hoje ser o epicentro de toda esta situação?

O SR. PAULO DUARTE - Na verdade, a região jaguaribana, ela sempre foi uma região voltada para a questão da pistolagem. Limoeiro, apesar de fazer parte lá — era a maior cidade, ainda é a maior cidade do Vale —, mas estava fora desse contexto, tanto é que as pessoas normalmente que cometiam o crime em outros Municípios iam procurar paz lá em Limoeiro, fixavam residência lá. Eu falei aqui inicialmente: Limoeiro tem 106 anos, e nós tivemos 103 anos praticamente sem nenhum problema desse nível. Tudo começou com a última eleição de Prefeito para cá, exatamente a partir da eleição passada da Prefeita Arivan Lucena quando começaram a acontecer diversas agressões. Esse radialista, inicialmente, fazia parte do grupo político do desembargador José Maria Lucena, quando ele se negou... inclusive esteve várias vezes em Recife, quando o desembargador era Presidente do Tribunal, a convite do desembargador, ele foi até processado porque denunciou o desembargador que tudo era pago pelo Tribunal e o desembargador processou. Então, quando ele se negou a votar na Prefeita, ele disse que só votaria se fosse no desembargador mas nela não votaria, daí resultou uma intriga, uma inimizade muito forte e as coisas eram feitas através do rádio. O Nicanor Linhares insultava e atingia moralmente, diariamente, o desembargador e a família dele. Por outro, o desembargador, ao se referir nas rádios ao Nicanor Linhares, chamava-o de cachorro e pedia desculpa aos cachorros. Então, essa era a linguagem diária nas emissoras de rádio. A coisa veio se agravando. Agora, na última eleição, exatamente houve o recrudescimento de tudo isso, já talvez em função da próxima eleição, já que a Prefeita é candidata à reeleição, e teve um desdobramento mais forte porque o candidato da Prefeita e do grupo do desembargador — nós éramos 11 candidatos em Limoeiro a Deputado —, o candidato deles, um Deputado correto, o Francini Guedes do PSDB também, teve 2 mil votos e eu tive 13 mil votos; todos os outros juntos tiveram 9 mil votos. A partir daí, a coisa acirrou porque veio a idéia da eleição do ano que vem, embora, desde o primeiro momento, eu tenha dito que não sou candidato — não era e não sou candidato. Então, como o radialista era ligado politicamente a mim, ele passou a ser alvo, a partir daí, de diversas agressões, novelas feitas em rádios diariamente atingindo inclusive a família do



radialista. Eu procurei a própria Justiça e o Ministério Público para tentar intermediar isso aí, para tentar inclusive... existem várias ações, representações na Justiça com relação a tudo isso, mas infelizmente a coisa escapou do próprio Ministério Público. Nós não tínhamos dúvida — e eu coloquei isso claramente para o Governador — que, na véspera da morte do Nicanor Linhares, eu havia marcado audiência para 15 horas de terça-feira com o Governo, no dia 1º, exatamente para levar esse problema e pedir que o Governo interferisse. A história passa... foi um crime político. Ele era um radialista de uma audiência muito grande e também muito polêmico. Tem-se que dizer que, nos últimos meses, ele vinha agredindo diariamente as pessoas do desembargador e da Prefeita Municipal, só que isso era resultado já de respostas que ele dava ao desembargador, pelo fato do que diziam nas outras rádios contra ele. Então, o crime foi... Para o senhor ter uma idéia, essa coisa foi tão escancarada, na linguagem policial que, 30 dias antes, comentava-se o crime no Rio Grande do Norte. Pessoas ligadas à Prefeitura, Secretários Municipais, Vereadores da Prefeitura comentavam — chamavam o Nicanor de porco branco — que o porco branco não passaria de junho. A gente, quando denunciou... naturalmente eu nunca disse que tinha sido o desembargador, o que eu disse é que, 5 dias antes, recebi a informação e passei a informação para frente 5 dias antes do crime. Foi, na verdade, a gente sabe o poder e o medo que ainda o Poder Judiciário impõe sobre as pessoas, membros do Poder Judiciário. Por conta disso, passamos a ser alvo de muitas coisas. E queria ressaltar exatamente que, nestes últimos dias, em função até da visita da Comissão a Limoeiro, a coisa piorou e nós estamos sendo alvos agora de ameaça de morte diária, como acontecia antes, não só eu, como com o Deputado do PT, Guimarães, pelo simples fato de termos ido ao velório do Nicanor Linhares e termos nos manifestado várias vezes na Assembléia pedindo providências. Agora está aqui o documento da juíza ao Governador dizendo que neste final de semana iriam matá-lo, os promotores do Município... Quer dizer, a coisa grave. O que a gente quer é que seja feita a justiça para os mandantes, porque pistoleiro está aqui. Os pistoleiros estão soltos mas podem ser presos a qualquer momento. Se forem presos esses, qualquer dia surgem outros. Esse é o processo. Agora, na hora de se botar o mandante na cadeia, aí a coisa muda. Infelizmente não temos visto isso lá na região. Nesse caso, estamos tendo a



oportunidade, pela primeira vez, de a justiça prevalecer também para os autores intelectuais.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor, no seu depoimento, solicita que esta Comissão possa encaminhar ao Ministro da Justiça e ao Secretário Nilmário Miranda no sentido de estabelecer um grupo ou uma força tarefa ou um grupo de elite da Polícia Federal que possa fazer uma ação de desbaratar toda a ação do crime naquela região.

O SR. PAULO DUARTE - Exatamente e entendo com uma parceria com o próprio Governo do Estado, porque ressalto aqui que há uma decisão do Governador de apurar as coisas, de enfrentar esse tipo de coisa na região jaguaribana. Agora, a gente sabe da falta de estrutura, das condições da polícia. É importante se puder haver esta parceria com a Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Está o.k. O Chico Orelha é mesmo intocável, Deputado?

O SR. PAULO DUARTE - Não é que seja intocável, agora o problema que aflige — e venho denunciando isso há muito tempo e a gente está sofrendo ameaças hoje — é porque essas ações têm mexido no bolso dos bandidos. Em função da presença da polícia lá, acabou assalto a banco. Neste momento, não está tendo nada disso. Então, está-se mexendo exatamente na parte financeira da quadrilha. O que existe lá — e é isso que a gente fica chamando a atenção — é porque, enquanto o processo tramita envolvendo 9 indiciados, o desembargador usa a televisão e o rádio e diz que vai anular tudo aqui em Brasília, que vai dar em nada. Isso é dito diariamente nas emissoras dele lá em Limoeiro, e as pessoas acreditam, até porque o homem é forte demais e não vai dar em nada. Quando ele diz isso, mesmo que ele não queira fazer isso, ele fortalece os bandidos. Na verdade, os bandidos se sentem intocáveis. Por quê? Porque são pessoas ligadas ao sargento Edésio, que é casado com a Secretária de Educação, que foi o intermediário do crime do Nicanor Linhares, que era o homem que comandava a Inteligência do Exército na região, sargento da ativa, então as coisas ficam... Para o senhor ter idéia, com toda esta caçada da Polícia o que se comenta é que o Chico Orelha, há 15 dias, estava num forró lá na periferia do Rio Grande do Norte.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Continua solto?



O SR. PAULO DUARTE - Solto, ele e os demais. Na verdade, o que foi preso até agora, tirando o Júnior, que é um pistoleiro de 19 anos de idade, que participou do crime... Em função da impunidade, é aquela coisa, ele vai para a roça para ganhar 100 reais, ganhou 5 mil para fazer o crime. Então, ele mesmo disse que estava precisando de dinheiro. Ofereceram 5 mil, foi fazer o crime. É isso que proporciona sempre o aparecimento de novos pistoleiros, está certo? Agora, o que temos visto aí é que as ações todas da Polícia não conseguiram prender os verdadeiros pistoleiros, esses elementos todos. Para o senhor ter idéia, na sexta-feira, a informação já estava sendo checada pelo serviço da Polícia é que todos esses pistoleiros, quatro, um inclusive estava foragido em Brasília, viajou para Fortaleza, foi a partir da mulher dele que saiu de manhã para se encontrar com ele em Fortaleza, eles foram para Fortaleza neste final de semana para matar a mim, ao juiz e aos promotores. Ainda bem que a informação chegou sexta-feira, porque disse que o serviço era para ser feito até domingo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Estão aqui em Brasília?

O SR. PAULO DUARTE - Eu estou aqui é foragido, quase fugido de lá. Então, esse é o quadro. Agora, nós levantamos e passamos para as autoridades. Infelizmente isso acontece na Polícia do Ceará, do Piauí, do Brasil todo, membros da própria polícia apoiando os criminosos. Não é só na Polícia, no próprio Poder Judiciário tem, nas instituições, mas há um trabalho sério da polícia sendo feito. Acho que o fortalecimento desse trabalho com a Polícia Federal é importante.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Quando nós falávamos da figura do Chico Orelha e que estivemos lá em Limoeiro, as pessoas que nos dão segurança da Polícia Federal, alguns deles: "Eu já prendi Chico Orelha como assaltante de banco". Tem processo dele como assaltante de banco ou roubo de cargas também?

O SR. PAULO DUARTE - O que eu ia dizer exatamente é que a Polícia agora, nestas apurações, levantou, segundo o próprio Delegado Regional, que o Chico Orelha já matou 60 pessoas, tem 24 anos de idade. Mas até o crime do Nicanor, no dia 30 de junho, ele vivia em Limoeiro do Norte, tanto é que, 15 dias antes da morte do Nicanor, ele matou um segurança dentro do Clube do Banco do Nordeste do Brasil, freqüentava o clube. Então, não era incomodado, embora tenha preventivas. Esse tipo de coisa é que a gente fica muito desestimulado e muito sem



esperança, porque eles moravam dentro de Limoeiro, não moravam foragidos. A coisa só se agravou pela repercussão que teve o crime do Nicanor Linhares, pela cobrança da opinião pública. Aí realmente a Polícia passou a agir, o próprio Ministério Público, mas antes eles estavam lá, intocáveis. Eles não moravam escondidos não, moravam com endereço certo dentro do Município de Limoeiro do Norte.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A última pergunta para os 2 agora: como Parlamentar, como ex-Secretário de Segurança Pública, como Delegado da Polícia Federal, como cidadão, também ao Prof. Ricardo, como pesquisador, professor, como cidadão, o que vocês nos propõem ou sugerem no sentido de enfrentar de vez essa questão da pistolagem ou do extermínio ou do crime organizado no País? Já que a CPI é mais ligada ao extermínio no Nordeste, que proposições ou que propostas vocês teriam para o enfrentamento dessa questão?

O SR. PAULO DUARTE - Eu acho que o nosso professor aqui tem muito mais informações técnicas, eu vou falar exatamente como uma pessoa que passou mais de 20 anos na Polícia Federal e teve oportunidade de comandar a Polícia do Estado do Ceará. Eu vejo hoje, com muita apreensão e com muita tristeza, a violência se expandir inclusive para o interior do País. Tudo que acontecia em Fortaleza hoje acontece no interior. Eu entendo que nós estamos indo, pelo menos com as leis atuais, com as discussões que estão sendo feitas atualmente — e eu também fui Secretário de Justiça —, vejo a falência absoluta do aparelho policial do País, do Estado, como também do sistema penitenciário, uma coisa que está pronta para explodir a qualquer momento. Não há nada sendo feito de novo. Não há nada sendo feito de forma permanente para resolver esse problema. A questão da segurança é muito grave, pela corrupção do aparelho policial, pela desestruturação, pela falta de motivação das Polícias. Eu digo ao senhor que, ao chegar hoje, por exemplo, na Polícia do Ceará, nós temos 14 mil homens, o senhor conversa com os oficiais e com os policiais que ninguém quer sair mais de dentro do quartel com medo de punição. É aquela coisa: quem fica no ar condicionado não vai punido; quem vai para a rua está exposto. Então, ninguém quer trabalhar. É o comandante fazendo que comanda, e o comandado fazendo que cumpre as ordens. Este é o País em termos de segurança pública. Então, vejo com muita apreensão mesmo



esta questão da segurança no País, porque estamos vivendo estas discussões aqui no Congresso, a questão do porte de arma, mas acho que tudo ainda é paliativo. A discussão tem que ser uma discussão abrangente com toda a sociedade, porque o quadro... Eu tiro pelo Ceará, que é um Estado pobre, tudo que acontecia em Fortaleza, há 5 anos, acontece no interior do Estado hoje. Não temos mais... Para o senhor ter uma idéia, o sistema penitenciário do Ceará comporta 5 mil pessoas. Nós temos hoje uns 7 mil e temos mais 13 mil mandatos de prisão para serem feitos. Não temos onde botar as pessoas. Aí gera corrupção nos órgãos de captura, porque não vai prender porque não tem onde botar. A Justiça não decreta mais prisão, porque diz que não tem mais onde botar. E isso é no Ceará. Imagine em São Paulo, Rio, Minas Gerais. Então, eu vejo essas 2 estruturas, esses 2 órgãos tão importantes, 2 aparelhos de Estado tão importantes, que são o sistema penitenciário e o sistema de segurança, falidos. Eu acho que nós estamos indo para uma guerra... já indo praticamente derrotados, se não houver, realmente, providências enérgicas, sem demagogia, tomadas com todas as instituições, passando, principalmente, pela questão da corrupção que existe no aparelho policial, no Ministério Público e no Poder Judiciário. Fora disso, eu não vejo saída, não, a gente tem mesmo é que chorar os nossos mortos. É o que não nos acostumamos a fazer. Em outubro, agora, eu tive um tio morto por pistolagem. Ficou por isso mesmo, ficou por isso. Há 2 anos tive um primo legítimo... Essa é a história do Vale do Jaguaribe e, infelizmente, a história do Brasil. A gente vê, aí... O depoimento que eu ouvi dessa juíza, da Dra. Juíza, há pouco tempo, estarrece. Se acontece tudo isso com um juiz, você imagina com qualquer um da comunidade, da sociedade.

O SR. RICARDO HENRIQUE ARRUDA DE PAULA - Deputado, eu acho, não é fácil tomar alguma medida para acabar, e falo mais particularmente da pistolagem no Estado do Ceará. E a atitude de V.Exas. é uma atitude muito louvável — agora, acabar com a pistolagem no Estado do Ceará, eu acho, eu não sou policial —, mas eu acho que requer uma inteligência da polícia e requer conhecimento da região. Eu não acredito que exista uma política de segurança pública para o Brasil de modo geral. Eu acho que tem que tratar o Ceará de forma particular, o Piauí de forma particular, a Paraíba de forma particular, porque nós estamos analisando, também, com a pistolagem, a cultura de um povo, o hábito de um povo. Volto a



repisar: as armas, como é que elas entram no Estado do Ceará? Quem fornece? Quem fornece munição? Por que a Chapada do Araripe é tão frágil? Por que não existe policiamento ali? Nós tivemos um pistoleiro que foi preso, e agora está cumprindo pena no IPPS, foi condenado a 15 anos de prisão, que é o Pantico, e onde é que o delegado de polícia foi prendê-lo? Numa vaquejada. Esse povo, de modo geral, se a gente pode traçar um perfil do pistoleiro, você quer prender um pistoleiro, vá num forró, vá numa vaquejada, que ele vai estar lá. Tem caso de pistoleiros, no Estado do Ceará, que chegavam a fazer a senha — que eles chamam de senha na vaquejada —, eles chegava a fazer a senha com nome falso: Antônio não-sei-das-quantas, e corriam na frente da Polícia, e a Polícia não descobria. A Polícia, aqui do lado, não sabia que era ele quem estava correndo na vaquejada. Porque, volto a falar, é o universo masculinizante: é o homem que derruba o boi; é o homem que derruba o homem. Na vaquejada, são 2 pessoas: o bate-esteira e a pessoa que derruba o boi. Na pistolagem, são 2 homens: é o que dá a cobertura e o que mata. Até nisso se parecem. Não estou dizendo, volto a dizer, que quem pratica o esporte seja... Mas, não. Quem é o pistoleiro, geralmente... você tem onde encontrá-lo. E a Polícia, usando a inteligência, no Estado do Ceará, tem condição de encontrá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Esta Presidência agradece ao Professor a vinda a esta Comissão, até porque a Presidência entende que esse depoimento de V.Sa. é de suma importância para os trabalhos da CPI. Parabêniso também pela maneira, pela coragem de V.Sa. fazer um trabalho, posso dizer, um trabalho investigatório, que é mais até um trabalho policial, até. Quem deveria ter esses dados seriam as Polícias: Polícia Civil, lá do Ceará... parabenizo pela coragem. E ao nobre Deputado vou formular apenas uma pergunta, porque todas as pessoas que vieram a esta Comissão, até hoje, disseram, aqui, registraram nas audiências públicas da omissão ou impunidade, falta de interesse do Poder Público, ou dos Poderes públicos, vamos dizer, da Secretaria de Segurança, de parte do Judiciário. Gostaria de ouvir também de V.Exa., até porque se os que executaram o radialista estão presos, e quem mandou, quem contratou não está preso, é óbvio que há uma omissão. Mas eu gostaria de ouvir de V.Exa. se lá no Ceará é igual aos outros Estados de Pernambuco, da Paraíba, de Sergipe, da Bahia, e daí por diante.



O SR. PAULO DUARTE - Naturalmente, é igual a omissão, a conivência, a participação. Eu tive oportunidade, quando na Segurança Pública, de verificar o seguinte: todo grande crime tem participação de polícia. Quando vai-se fazer uma grande pistolagem, normalmente tem um policial dando informações; se a questão é roubo de cargas, tem polícia metida; se a questão é o próprio crime organizado, a questão de drogas, tem policial metido. Nós fizemos, na época, 157 procedimentos administrativos. Eu vou falar aqui uma coisa que frisei, quando já era Secretário de Justiça, em uma reunião com o Governador: a gente não vê um policial ser demitido. As coisas morrem, emperram todas na Procuradoria-Geral do Estado, ou milhares de processos outros que têm lá. Agora, ultimamente, têm sido feitas algumas coisas. Mas, infelizmente... e quando, pior de tudo, o policial militar vai expulso, por qualquer sorte de crime, ele volta através de decisão judicial. Isso foi abordado agora, recentemente, na Assembléia. É uma coisa lamentável, denigre, insulta os próprios policiais corretos, porque o policial militar envolvido com o crime entra na Justiça e volta para o aparelho policial. Então, tudo isso tem dificultado essas apurações, essas investigações, mas também ressalto aqui que não é só da Polícia, não. Lamentavelmente, nós prendemos, uma vez, um cidadão chamado Fernando Goitacaz, que era o maior “puxador” de carro do Brasil, filho de um desembargador do Rio de Janeiro, e ele não pôde ficar preso, porque ele andava com *habeas corpus* preventivo, preventivo. E já existiam contra ele 28 processos no Rio de Janeiro. Então, esse envolvimento, essa omissão, essa conivência, essa corrupção existe no aparelho policial, mas existe, também, e, pior ainda — porque, na verdade, é quem julga, é quem determina —, existe também no Poder Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Satisfeito. Consulto o Deputado Luiz Alberto se gostaria de fazer uso da palavra. (*Pausa.*) Tem a palavra V.Exa., Deputado Luiz Alberto.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, todos os depoimentos que eu tenho acompanhado nesta CPI, às vezes, dá a sensação de impotência tão grande que parece que nós não vamos conseguir chegar a nenhuma conclusão. Aliás, podemos chegar à conclusão de que está tudo perdido ou é possível mudar tudo, porque em todas as situações colocadas... É evidente que quem mora no Ceará, quem mora em Pernambuco, no Piauí, na Paraíba, na Bahia, em todos esses



Estados, vai fazer uma análise da sua realidade como a realidade mais dramática em relação a qualquer outra situação. Eu poderia citar aqui a missão que eu cumpri com o Deputado Luiz Couto. Nós fomos à Bahia, de emergência, no caso de um crime praticado contra... um homicídio praticado contra um jovem, e que esse grupo de, mais ou menos, 15 pessoas encapuzadas, que exterminou um jovem e tentou matar mais 3, que eram da mesma família, e que a jovem que conseguiu fugir deu um depoimento, não só no Ministério Público, deu um depoimento à CPI, lá, com essa missão que eu fiz com o Deputado Luiz Couto. Ela deu os nomes de todos os membros que estavam praticando esse crime, todos são policiais militares e policiais civis: os nomes, onde estão localizados, em qual delegacia trabalham, qual é o batalhão da Polícia Militar. E fiquei pasmado, porque a delegada que está investigando esse crime tenta justificar que ali foi uma ação policial que queria prender um marginal. A Corregedora da Polícia também tenta, diante da imprensa, justificar o crime. E a Polícia não nega, chegou na comunidade e disse que vai matar os 3. Eles não podem... eles não podem, eles têm que ser cassados. Eles dizem abertamente, lá. Disse a garota, deu depoimento, depois o nosso Relator vai apresentar a esta CPI. Então, é comum, em todos os depoimentos, o envolvimento de policiais. Todos. E, aí, vem a conexão com o Judiciário, com setores do Ministério Público. Eu acho que o Ministério Público tem feito um trabalho em algumas situações muito importantes. Porém, essa vinculação do grupo de extermínio... porque, aí, muitas vezes, a sociedade, de modo geral, pensa que o extermínio é um pequeno grupo num bairro de pessoas que se organizam ali para proteger comerciante — proteger, não, extorquir comerciante. Mas em todos eles o envolvimento de policial é patente. Estão aqui, os depoimentos todos estão mostrando isso aí, essa situação. Portanto, a impressão que eu tenho é que a CPI vai ter que chegar a essa conclusão: ou se organiza uma grande operação nacional, federalizada, ou nós não vamos conseguir resolver o problema. Porque, em algumas situações, a gravidade é tão grande, que não é nem a conivência da autoridade local, Governador ou secretário de segurança, é a participação. E aí não tem como resolver o problema. Se as principais autoridades estão envolvidas, direta ou indiretamente. Então, ou se monta uma grande operação, e isso tem a ver com o debate da segurança pública, do sistema prisional, do Judiciário, está tudo



interconectado, porque está ligado a roubo de carga, ao narcotráfico, ao crime organizado, todo esse esquema montado no País inteiro. Inclusive, evidentemente, que nós vamos chegar a essa conclusão também. A CPI que investiga os grupos de extermínio no Nordeste têm conexão com o Sul, Sudeste, com o Sul do Brasil, não está só no Nordeste. Então, é uma situação dramática. Agora, Sr. Presidente, eu acho... E depois que eu ouvi hoje o depoimento da Dra. Olga, eu queria sugerir à CPI que a gente utilizasse alguns procedimentos. Existem depoimentos que não é possível serem tomados abertamente. Aquilo que a juíza colocou, se aquilo é realmente a expressão da verdade, é muito grave. Ela citou autoridades envolvidas. Não sei se ela tem prova, não sei se o que ela coloca está efetivamente comprovado. Mas um depoimento desses nós não podemos... E o mais grave, ela não tem nenhuma segurança, ela saiu daqui e disse, afirmou... Ela não tem segurança, não existe nenhum nível que garanta a sua integridade física. Ela poderá não chegar em Salvador, poderá não chegar lá na comarca onde ela reside. Eu fiquei estarecido. E ela saiu daqui no desespero, percebi pela fisionomia dela. Eu acho que nós deveríamos, dependendo da gravidade da situação, tomar depoimento de forma, eu diria, mais reservada, para que nós pudéssemos, inclusive, garantir que determinados depoimentos sejam mais ricos, porque, muitas vezes, uma pessoa que vem aqui, que poderia declarar, determinar, passar determinadas informações à CPI, ficaria, de certo modo, amedrontada. E nós vimos, eu e o Deputado Luiz Couto, quando visitamos o local onde houve esse crime, lá em Salvador, com a Polícia Federal e a população totalmente aterrorizada, ninguém queria falar nada, fechavam casas e diziam: *“Eu não vou falar nada”*. E uma pessoa chegou e me disse: *“Não vou dizer nada. E não quero nem que vocês falem comigo, porque, quando vocês saírem daqui, a Polícia vai chegar aqui e vai matar algum da comunidade”*. Então, é uma situação totalmente descontrolada. E nós não podemos aceitar... Eu sei, quer dizer, a CPI precisa, evidentemente, chegar a uma conclusão dessa natureza. Ou seja, ou nós nos organizamos, o Poder Executivo, Federal, a União, numa grande operação... evidentemente que em alguns Estados... nem tudo está perdido. Não vou dizer que todo o aparelho policial é podre, não vou dizer que todo o Judiciário é comprometido, não vou dizer que o Ministério Público todo está contaminado, mas é preciso identificar o que eu chamaria até aqui de ilha, ilhas que



nós pudéssemos confiar, e organizar uma grande operação nacional. Não tem outra alternativa. Talvez, à semelhança do que foi feito na Itália e em alguns países, porque não é possível. Cada vez que nós ouvimos ou visitamos uma comunidade, um Estado, uma localidade, a sensação de impotência é muito grande, é muito grande. Uma coisa é quando o cidadão comum se sente inseguro, não tem a quem recorrer e é grave demais; a outra é quando as autoridades são ameaçadas de morte. E não só ameaçadas: as ameaças se concretizam. E não acontece nada. É promotor que tem que fugir para não ser assassinado, ou um delegado que queira não ser... evitar a contaminação desse processo, ele também é ameaçado. No caso da promotora, que nós ouvimos o depoimento dela, de Santo Antônio de Jesus, na Bahia, ela disse abertamente que a Polícia sai na rua fazendo campanha contra o Ministério Público, dizendo à população: *“Eu não vou prender mais bandido nenhum, não vou prender nenhum assaltante, porque o Ministério Público vai lá e solta”*. Isso é uma ação política contra o Ministério Público. E ninguém, nenhuma autoridade toma atitude em relação a isso. E, evidentemente, que uma juíza, uma promotora, um promotor, ficam sem condição alguma de desenvolver o seu trabalho. Portanto, eu gostaria de sugerir a esta CPI que pudéssemos estabelecer alguns procedimentos em alguns depoimentos, de forma mais sigilosa, para que a gente pudesse proteger inclusive a integridade das pessoas que virão aqui nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Nobre Deputado Luiz Alberto, o que V.Exa. registra aqui na Comissão é justamente a preocupação nossa, minha, como Presidente. Tenho certeza absoluta, pelas pessoas que já vieram à CPI. Em audiência com o Relator, e o Deputado Luiz Couto com S.Exa., o Presidente da Casa, aqui, esta semana, eu já dizia isso: se não houver o interesse da Câmara dos Deputados, o apoio do Sr. Presidente, o apoio do Ministro da Justiça, de quem de direito, para que, após ouvirmos as pessoas envolvidas ou citadas nesta CPI, se não houver uma organização federal, tenho certeza de que esta CPI vai acabar sem resultado nenhum. Até porque, não sou eu quem digo, são as pessoas que vêm à CPI, que vêm depor na CPI, que não existe o mínimo de interesse por parte dos secretários de segurança, por parte do Judiciário, de alguns governadores. É óbvio, se o Governador da Paraíba, por exemplo, se não tem interesse, quer proteger alguém, ou existe uma força-tarefa federal, ou nada será feito. Com referência a



quem vem depor, Deputado Luiz, é óbvio que eu não sei o que a pessoa vai falar. Todas as pessoas que vêm a CPI sabem que poderão ser ouvidas em audiências públicas ou reservadas. Mas, tanto eu, como Relator, como V.Exa. não sabemos o que, por exemplo, o Deputado vai expor. Fica a critério de cada um. Por exemplo, se o Deputado diz: Não, eu quero falar em uma audiência reservada, nós iremos ouvi-lo na audiência reservada. Mas o cidadão é convidado, vem à CPI, tem o prazo para fazer a exposição, eu não sei o que essa pessoa vai falar ou expor. É óbvio que a gente pode, atendendo à sugestão de V.Exa., antes da reunião, conversar, advertir as pessoas que virão fazer a exposição. Mas, de qualquer maneira, a contribuição, a sugestão de V.Exa. é de importância para esta Comissão. Consulto se o Deputado Reginaldo Germano gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Sr. Presidente, Sr. Deputado Relator desta Comissão, Deputado Luiz Couto, demais componentes da Mesa, eu fui citado aqui, nesta tarde, e infelizmente eu não estava presente, e, por não estar presente, eu não pude, automaticamente, apresentar, eu não vou dizer a minha defesa, porque não tenho nem de que me defender, mas de contradizer aquilo que foi dito aqui — está um pouco alto o som. Então, a Dra. Olga, que aqui esteve, o que eu tenho citado contra a Dra. Olga está no relatório da CPI do Narcotráfico. Fora do relatório, não tenho alguma coisa a falar da Dra. Olga. Porém, algumas pessoas me falaram, e eu vim aqui só para mostrar a contradição das coisas que são faladas. A Dra. Olga mostra aqui uma moção da Assembléia Legislativa da Bahia contra a minha pessoa. São 63 Deputados na Assembléia Legislativa. Quinze da Oposição assinam a moção, e ela diz que é uma moção da Assembléia Legislativa. Então é difícil acreditar nisso. Aqui 48 Deputados deixaram de se manifestar em qualquer que seja a opinião a respeito do que ela apresentou. Então, isso aqui não é uma moção da Assembléia Legislativa da Bahia, automaticamente. A Dra. Olga foi ao Município de Itabuna, onde eu fiz a minha primeira campanha de Deputado Federal. E, por ter-me saído muito bem na CPI do Narcotráfico, onde nem mesmo elementos do meu partido — eu vou falar elementos, porque não os considere Deputados — nós, ao fazermos os sub-relatórios, sugerimos a cassação, como foi o caso de um Deputado do Estado de Pernambuco, que era do PFL, foi cassado, e a Justiça o colocou de volta. Então, por causa dessa inserção dentro da política e na CPI do



Narcotráfico, o Partido dos Trabalhadores, no Município de Itabuna, achava que eu seria candidato a Prefeito, e convidaram a Dra. Olga a falar a meu respeito na rádio. Está aqui. Inclusive o jornal que tentou me extorquir, porque havia um jornalista na cidade de Itabuna — jornalista, não, jornaleiro, porque não era jornalista —, na cidade de Itabuna, dono do jornal chamado *A Região*. E ele consistia na seguinte maneira: se ele soubesse, não é o meu caso, mas de outras pessoas foi o caso, que o elemento tinha uma namorada, e que essa namorada poderia... o conhecimento público dessa namorada poderia colocar a vida política dessa pessoa em discussão, então, esse elemento ligava para a casa dessa pessoa e dizia: olha, eu tenho aqui contra você isso, e eu vou publicar amanhã. O que você diz?. Então, a pessoa, se desse o dinheiro, essa pessoa não seria publicada nesse jornal. E isso foi feito comigo. Só que eu falei: você publica — porque eu não tenho o que me defender —, você publica o que tem de publicar. Então, essa Juíza foi chamada nesta cidade e ela usou uma emissora de rádio — eu tenho a fita gravada, eu peguei a fita —, ela usou a emissora de rádio para fazer campanha política para o Partido dos Trabalhadores em relação à minha pessoa neste lugar. Está aqui o que ela disse, aqui, nesta tarde. Em relação mais à Dra. Olga, eu vou me resguardar de fazer qualquer comentário, porque eu não tenho nada contra a pessoa da Dra. Olga, mas eu tenho muita coisa contra a ação jurídica da Dra. Olga, como tenho com muitos Desembargadores. No Ceará, eu persegui, na CPI do Narcotráfico, Desembargadores vendedores de sentença, lá no Estado do Ceará, que tiravam traficantes daqui, do Estado de Goiás, do presídio de segurança máxima, e colocavam numa cadeia comum, no Estado do Ceará. E essas pessoas, há pouco tempo, estavam em liberdade. Como eu tenho contra um desembargador no Rio de Janeiro que hoje reluta em julgar um recurso para julgar o caso do homem que mandou assassinar o Deputado Federal Valdeci Paiva de Jesus. Há um desembargador no Rio de Janeiro que pegou o recurso da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro e colocou na gaveta e não julga. Eu escutei os relatos do Deputado e do ex-Secretário de Segurança — é isso? Professor, concordo que o problema não está no aparato policial, não, o problema está no Judiciário. O policial não pode mover a Justiça, mas se ele é amigo da Justiça, a Justiça move o poder da Justiça em favor dele. A questão é exatamente essa: se eu sou amigo do



Desembargador, do Presidente do Tribunal de Justiça, eu vou matar sem limite, porque todas as questões que chegarem a essa pessoa, que é o Presidente do Tribunal, ou Desembargador, que tem influência, como foi dito aqui que o Desembargador disse, lá, que aqui ele resolve tudo. E é verdade isso que ele falou. Então, eu estou completamente de acordo com isso. E vou apresentar aqui, contra a Dra. Olga, não nas costas dela, mas na presença dela, um dossiê não do jornal — um jornal que quer extorquir ela ou qualquer outra pessoa —, mas um dossiê que tem uma base jurídica das ações da Dra. Olga, durante todos esses anos, no Estado da Bahia. Eu vou sugerir aqui que faça... eu vou fazer um requerimento, como participante desta Comissão, vou formular um requerimento convocando, se for o caso — como é CPI, eu tenho essa condição de convocar —, a Dra. Olga para voltar aqui a depor, e, nessa oportunidade, diante dela, eu vou colocar aqui o dossiê que tem. Eu vou até dar um prazo para que isso seja feito, porque se ela puder fazer um dossiê contra a minha pessoa, ela também possa fazer e apresentar aqui nesta Casa. Ela nunca pode afirmar na minha ausência, ela nunca pode afirmar na minha ausência que a CPI... que eu não sou digno da CPI ou da Câmara dos Deputados ou qualquer coisa que seja dessa natureza. Se ela chegou aqui para depor, o meu juízo de valor é esse: se eu estivesse aqui, ela poderia apresentar qualquer coisa contra mim, porque eu estaria aqui para poder contradizer — nem me defender, mas contradizer. Eu vou falar adiantado: vou apresentar um dossiê aqui na Casa, aqui nesta Comissão, contra a Dra. Olga e vou dar um prazo de até 15 dias para apresentar esse... vou apresentar o requerimento, para que ela venha depor, pelo menos, em 15 dias, e que ela possa trazer um dossiê contra a minha pessoa, e ela apresentar aqui também, diante dos Deputados, porque não existe medo da minha parte em questão nenhuma. Eu não vou fazer aqui, como fizeram muitos, na CPI do Narcotráfico, da qual participei durante 3 ou 4 anos, e persegui, mesmo, políticos, Desembargadores, Juizes, Governadores, como foi o caso do Governador do Acre — não o Jorge Viana, mas o outro, antes —, como nós perseguimos o Governador anterior de Manaus, como nós perseguimos coronéis da Aeronáutica, majores da Aeronáutica, que estão hoje presos e condenados a 17, 18 anos de cadeia, por traficarem cocaína no avião da FAB, no relatório que nós apresentamos. Então, eu não vou ter medo de nada disso. Eu vou apresentar esse requerimento convocando



a Dra. Olga para que venha aqui, nesta CPI, e eu vou mostrar aqui o dossiê que existe contra ela. Não meu, mas um dossiê que existe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Deputado Reginaldo Germano, em virtude de estar havendo votação nominal, eu gostaria de registrar que esse documento eu o vi mais como uma coisa pessoal, não tem nada a ver com a CPI. Eu quero que V.Exa. fique à vontade, porque isso, essa documentação não tem nada a ver com a CPI, moção, não é documento nenhum que interesse à CPI. Se ela tiver alguma coisa para denunciar V.Exa., que procure outra maneira, até porque eu não vejo, como Presidente, como membro da Comissão, nenhum documento que seja interessante para a CPI. Desconsidere esse documento. Quanto ao requerimento, V.Exa. é membro da Casa, tem todo o direito, fique à vontade, a Comissão irá aprovar ou não aprovar. Eu quero dizer também, Deputado Luiz Alberto, que, quando fui convidado pelo meu partido para presidir esta CPI, sabia das conseqüências que poderia causar. É perigoso presidir uma comissão onde vai mexer com peixe grande, com bandido armado. Mas tenho certeza absoluta de que se depender do Presidente e do Deputado Luiz Couto, esta Comissão irá, sim, apurar os crimes que estão impunes no Nordeste do Brasil. Disto não abrirei mão. Com a compreensão de V.Exas., quero ouvir V.Exa., rapidinho, porque temos votação nominal.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Exato. Sr. Presidente, rapidamente só queria repelir a tentativa do Deputado Reginaldo Germano de envolver o PT nesse processo. O PT não tem nada a ver com as posições expressas aqui pela juíza Olga. Até porque quando o Deputado citou um caso, que eu até nem estava lembrando aqui agora, que envolveu o jornalista, dono do jornal, na verdade, *A Região*, e que foi assassinado, e que agora, recentemente, os acusados estão indo a júri, e que envolve policiais no Estado da Bahia, vários policiais. Inclusive vou fazer requerimento convidando aqui a ABI, o Presidente da ABI, que tem um dossiê mostrando os assassinatos do jornalista vinculados a grupo de extermínio, a policiais, enfim. Apresentarei a esta Comissão requerimento para convidar a Associação Baiana de Imprensa para fazer um depoimento, aqui, nesta Comissão. Quero repelir essa conexão entre o que a Dra. Olga colocou aqui, a sua possível



posição política ou outra com o Partido dos Trabalhadores, que não tem absolutamente nada a ver com esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Eu gostaria de fazer um apelo a V.Exa. e ao Deputado Reginaldo Germano. Tenho certeza de que o trabalho da CPI não é de partido "a" ou de partido "b". Não vamos levar esse trabalho pelo lado partidário, é um trabalho que interessa ao PT, ao PFL, a todos os partidos. É óbvio que muitas vezes nas discussões poderão surgir... Acho também, Deputado Luiz Alberto, que o Deputado Reginaldo citou o nome do PT não assim, como... Mas eu faço um apelo a V.Exas. Tenho certeza de que a contribuição de V.Exas. é de suma importância para os trabalhos desta CPI. E a gente vai deixar essas questões partidárias do PT, do PFL. Não havendo mais nada a tratar, vou encerrar a presente reunião, convocando outra reunião para terça-feira, às 14h, audiência pública com os convidados cujos nomes serão divulgados posteriormente. Agradecendo a presença do nobre Deputado Paulo Duarte, lá do Ceará, e do professor Henrique, encerro a presente reunião. Declaro encerrada.